



Fazer mais por você é ser a empresa que mais investe em infraestrutura no Brasil

Capex

R\$
10,1 bi

EBITDA ajustado

R\$
11,4 bi

Lucro Líquido

R\$
5 bi

Margem Bruta

R\$
19 bi

Quando a energia circula do jeito certo, ela retorna em forma de futuro. E a Neoenergia reafirma esse compromisso com investimentos que fortalecem o desenvolvimento do país e levam energia para cada vez mais pessoas.



Fonte: Ranking ABDIB 2025



NEOENERGIA S.A.

CNPJ nº 01.083.200/0001-18 | CVM nº 01553-9 | Companhia Aberta



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

DESTAQUES (R\$ MM)	4T25			4T24			2025			2024		
	Valor	Variação	%	Valor	Variação	%	Valor	Variação	%	Valor	Variação	%
Margem Bruta	5.066		7%	4.720		7%	18.979		17.618		8%	
Despesas Operacionais	(1.051)		(7%)	(1.129)		(7%)	(4.295)		(4.240)		1%	
EBITDA	3.974		29%	3.077		29%	14.290		12.517		14%	
Resultado Financeiro	(1.359)		(1%)	(1.377)		(1%)	(5.807)		(4.992)		16%	
Lucro Atribuído aos Controladores	1.475		73%	852		73%	5.031		3.635		38%	
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	214		(63%)	582		(63%)	1.596		1.504		6%	
IFRS 15 + Operações Corporativas	512		N/A	(343)		N/A	1.266		442		186%	
EBITDA Ajustado	3.248		14%	2.838		14%	11.428		10.571		8%	

INDICADORES OPERACIONAIS						
Energia Injetada (GWh) (cativo + livre + GD)	23.128	22.635	2,2%	89.453	87.218	2,6%
Energia Distribuída (GWh) (SIN + Sistema Isolado + GD)	19.838	19.353	2,5%	77.108	75.684	1,9%
Número de Clientes (mil)	16.917	16.575	2%			

Indicadores Financeiros de Dívida			
	2025	2024	Variação
Dívida Líquida/EBITDA*	3,41	3,45	(0,04)
Rating Corporativo (S&P)	AAA	AAA	-

*Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários
 *EBITDA 12 meses

DESTAQUES FINANCEIRO E OPERACIONAIS:

- Crescimento de 2,2% da energia injetada, incluindo GD, no 4T25 e de 2,6% em 2025;
- Despesas operacionais controladas: -0,9% no 4T25, devido a gastos não recorrentes no 4T24, e +1,3% em 2025;
- EBITDA Ajustado: R\$ 3,3 bilhões no 4T25 (+14% vs. 4T24) e R\$ 11,4 bilhões em 2025 (+8% vs. 2024), destaque para os reajustes positivos de parcela B das distribuidoras e despesas controladas;
- Lucro: R\$ 1,5 bilhão no 4T25 (+73% vs. 4T24) e R\$ 5 bilhões em 2025 (+38% vs. 2024);
- CAPEX: R\$ 10,1 bilhões em 2025, sendo R\$ 6,5 bilhões em distribuição levando a uma RAB de R\$ 44,2 bilhões;
- Dívida Líquida/EBITDA de 3,41x no 4T25;
- Notação de Ativos: Desinvestimento na Hidrelétrica Dardanelos com Enterprise Value de R\$ 2,5 Bi no 4T25;
- Fim do ciclo dos investimentos em transmissão, que corresponde a uma RAP de R\$ 2 Bi.

Mensagem do Presidente

2025 representou um ano de grandes conquistas para a Neoenergia, marcado por resultados sólidos e avanços estratégicos que reforçam nosso papel como protagonista do setor elétrico brasileiro. Encerramos o ano com EBITDA de R\$ 14,3 bilhões e Lucro Líquido de R\$ 5 bilhões, crescimento de respectivamente 14% e 38% em relação ao ano anterior, mesmo em um cenário econômico desafiador. Mantivemos nosso foco na eficiência operacional e disciplina de gastos, com nossas despesas crescendo apenas 1%, abaixo da inflação do período, e absorvendo ainda o incremento da nossa base de clientes e da entrada em operação de novos negócios.

Mantivemos nossa estratégia estruturada de valorização e rotação de nossos ativos, concluindo diversas transações relevantes ao longo do ano: finalizamos a venda de UHE Baixo Iguaçu, reforçamos a nossa parceria com o GIC com a venda de 50% da linha de transmissão de Itabapoana, nosso 9º ativo em conjunto, ampliamos nossa participação na UHE Corumbá e realizamos também a venda de 75% da UHE Dardanelos, usina cujo controle havíamos obtido em 2023 e assim maximizando o valor do ativo para nossos acionistas.

Preservamos também nossa estratégia de crescimento sustentável, baseado em um plano estratégico sólido e na rigorosa disciplina na alocação de capital. Em 2025, realizamos um Capex recorde de R\$ 10,1 bilhões, direcionados principalmente ao negócio de distribuição e ao fim do ciclo de investimentos na transmissão.

Esses investimentos foram suportados pela nossa solidez financeira e por um robusto plano de captação, onde destaca a emissão de debentures de Neoenergia Coelba e Neoenergia Cosern com o menor spread do mercado de capitais brasileiro, além de termos obtido o primeiro financiamento do JICA vinculado às metas ESG no mundo e ainda um financiamento verde de €300 milhões do Banco Europeu de Investimento para modernizar a rede elétrica da Bahia. Em Distribuição, foram R\$ 6,5 bilhões investidos na expansão da rede, na conexão de novos clientes e a digitalização e modernização das redes, tornando-as mais resilientes frente a eventos climáticos e garantindo maior qualidade e segurança para nossos 17 milhões de clientes. Como reflexo desse robusto investimento, encerramos o ano com todas as nossas 5 distribuidoras enquadradas nos limites regulatórios de Duração Equivalente de Interrupção (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção (FEC), valorizando e assegurando que nossos clientes recebam energia com qualidade, segurança e continuidade. Clientes que seguem no centro de nossa estratégia: finalizamos em 2025 a reforma e padronização de 100% de nossas lojas de atendimento e fortalecemos ainda mais nossos canais de comunicação, esforços que nos garantiram o Prêmio CONAREC, principal reconhecimento de Customer Experience no Brasil. Como consequência de todo esse investimento, fomos protagonistas no Prêmio ABRADEE de 2025, conquistando um resultado histórico e reforçando mais uma vez nossa excelência operacional: temos a melhor distribuidora do país - Neoenergia Cosern -, a melhor distribuidora da região Sudeste - Neoenergia Elektro - e ganhamos ainda outros 6 prêmios, com destaque para o prêmio de melhor evolução de desempenho operacional do país para a Neoenergia Brasília.

Outro marco importante no ano foi a assinatura do novo contrato de concessão da Neoenergia Pernambuco, a primeira e única distribuidora do país a obter em 2025 de forma antecipada a prorrogação da concessão por mais 30 anos. Também avançamos com os processos de prorrogação antecipada de Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro e Neoenergia Cosern, que já tiveram aprovação pela ANEEL. Em transmissão, foram R\$ 3,3 bilhões investidos, finalizando o nosso ciclo atual de investimentos no negócio com a entrega dos últimos 4 lotes previstos para 2025, que adicionaram mais de R\$ 1 bilhão de Receita Anual Permitida (RAP) ao portfólio. A Neoenergia é hoje o 1º maior player do país no segmento, com mais de 8 mil km de linhas em 15 estados e mais de R\$ 2 bilhões de RAP. No negócio de Geração, mantivemos a alta disponibilidade de nossos ativos de geração renovável, mesmo diante de desafios setoriais como menor recurso eólica e curtailment.

No processo de comercialização, alcançamos recorde de venda de energia com foco no mercado varejista e entregamos nossos 2 primeiros projetos de eletrificação da indústria, além de ter iniciado o desenvolvimento de outros 5 projetos.

Nos orgulhamos de ser uma das empresas mais inovadoras do setor elétrico brasileiro: somente em 2025 foram mais de R\$ 468 milhões investidos em projetos voltados para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e consolidamos nossa posição de pioneirismo na transição energética, com 2 projetos marcantes: o lançamento do Projeto Noronha Verde, que descarbonizará a geração de energia no arquipélago; e a conclusão em Brasília das obras da nossa primeira planta de Hidrogênio Verde (H2V), um marco para a produção de energia limpa e para o avanço de soluções sustentáveis no país. Mantendo nosso histórico compromisso com o desenvolvimento social das áreas onde atuamos e da equidade em nossa empresa, formamos mais de 125 mulheres em nossas Escolas de Elettricistas em 2025, representando quase 35% do total de alunos formados. Desde sua criação, já foram mais de 1.359 alunas formadas e 1.052 contratadas. Nossa Escola exclusiva para mulheres foi reconhecida em 2025 como um exemplo global de "Diversidade, Equidade e Inclusão" pelo Fórum Econômico Mundial.

E por meio do Instituto Neoenergia investimos R\$ 32,5 milhões, entre recursos próprios e incentivados, com iniciativas voltadas para desenvolvimento e apoio a projetos de impacto social, beneficiando direta e indiretamente mais de 3 milhões de pessoas nos territórios onde atuamos. Essas ações reforçam nosso compromisso com a sociedade e com as metas ESG.

Por fim, a segurança e o bem-estar de nossos colaboradores permanecem como prioridade absoluta em todas as nossas operações. Realizamos diversas ações ao longo do ano para reforçar a importância da segurança no dia a dia e minimizar acidentes. Reforçamos nossas oficinas de percepção de risco das equipes de campo, aumentamos as inspeções virtuais de equipamentos e das observações comportamentais da liderança. Além disso, ganhamos a nível nacional o Prêmio ABERJE, com a campanha sobre segurança na rede elétrica durante o carnaval. Vale ressaltar ainda que, refletindo a qualidade de nosso ambiente de trabalho e o protagonismo que nossos colaboradores detêm, fomos reconhecidos pelo segundo ano consecutivo pelo Great Place to Work com o título de melhor empresa para se trabalhar no setor elétrico. Além disso, conquistamos a certificação Top Employer, uma das certificações mais reconhecidas no mundo, refletindo nossa excelência nas práticas de gestão de pessoas e contribuição para o desenvolvimento pessoal e profissional de nossos colaboradores.

Encerramos 2025 com orgulho das nossas realizações e confiança no futuro. Essa consistência e o nosso compromisso com as entregas, com a disciplina de projetos de impacto social, beneficiando direta e indiretamente mais de 3 milhões de pessoas nos territórios onde atuamos. Essas ações reforçam nosso compromisso com a sociedade e com as metas ESG.

Reflete ainda a confiança de nosso acionista controlador tanto na Neoenergia quanto no Brasil: a Iberdrola finalizou em outubro a aquisição da participação societária detida pela Previ, passando a deter 83,8% do capital social da Neoenergia e protocolou, em novembro, pedido de registro de oferta pública para aquisição (OPA) da totalidade das ações da Neoenergia. Agradeço aos nossos colaboradores pelo empenho e aos acionistas pela confiança. Juntos, seguiremos construindo uma Neoenergia cada vez mais rentável, sustentável, inovadora e inclusivo.

Eduardo Capelastegui
 CEO Neoenergia

1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO

A Neoenergia é uma sociedade por ações de capital aberto, presente em 18 estados brasileiros e no Distrito Federal, que atua como holding, com participação no capital de outras sociedades dedicadas às atividades de Distribuição, Transmissão, Geração, Comercialização de Energia Elétrica, Produtos e Soluções Energéticas. Na atividade de Distribuição, a Neoenergia controla cinco Distribuidoras, sendo três na região Nordeste - Neoenergia Coelba, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Cosern - e uma na região Sudeste - Neoenergia Elektro - e uma no Distrito Federal - Neoenergia Brasília. Em 31 de dezembro de 2025, a estrutura societária da Neoenergia era composta por 83,8% de participação acionária da Iberdrola e 16,2% de demais investidores no Free Float.

2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

O ano de 2025 foi marcado por tensões geopolíticas no cenário global, contribuindo para um ambiente de maior risco. Nos Estados Unidos, a economia manteve crescimento moderado, com inflação dentro das bandas da meta e mercado de trabalho aquecido, sustentando um PIB resiliente. O Federal Reserve (FED) adotou postura cautelosa, mantendo juros elevados durante boa parte do ano antes de promover alguns cortes no segundo semestre. A taxa de juros americana encerrou 2025 em 3,75%.

No Brasil, a inflação apresentou trajetória de desaceleração, encerrando 2025 com alta de 4,23%, dentro das bandas da meta do Banco Central. A atividade econômica permaneceu aquecida, reforçada pela taxa de desemprego em patamar historicamente baixo, e pela projeção de crescimento do PIB em 2,3% no ano. Apesar desse desempenho, a deterioração do quadro fiscal segue como fonte de preocupação quanto à sustentabilidade das contas públicas. Em resposta às pressões inflacionárias e ao ambiente externo desafiador, a política monetária manteve postura restritiva, com a taxa Selic encerrando o período em 15% ao ano.

Apesar das tensões geopolíticas e da volatilidade nos mercados globais, o enfraquecimento do dólar, que recuou 11% frente ao real, favoreceu a migração de fluxos para economias emergentes, incluindo o Brasil. Esse movimento impulsionou a retomada do investidor internacional na Bolsa brasileira, que registrou entrada líquida de aproximadamente R\$27 bilhões em 2025, contribuindo para a forte valorização do Ibovespa, que encerrou o ano com alta de 34%.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

3.1. Modernização Setorial

Em 2025, foram publicadas as Medidas Provisórias nº 1.300 e 1.304, convertidas nas Leis nº 15.235 e 15.269, que trataram de diversos itens de modernização setorial, com reflexos transversais em todos os negócios da Neoenergia.

Entre as principais iniciativas da MP 1.300/2025, destaca-se a criação do Programa Luz do Povo, que ampliou a Tarifa Social de Energia Elétrica ao estabelecer a gratuidade de luz. A MP nº 1.304/2025, tratou de temas estratégicos como a abertura do mercado de energia, o armazenamento e os cortes de geração, conhecidos como curtailment.

A implementação do novo marco regulatório, contudo, depende da edição de normas infralegais, cujo avanço é esperado ao longo de 2026.

Em paralelo, o Projeto de Lei (PL) 2987/2015, teve aprovação do texto substitutivo do relator, que trouxe aspectos suprimidos da MP 1.300/2025, bem como outros temas, como armazenamento de energia e indenização por interrupções.

3.1.1. Programas sociais de acesso à energia elétrica para a população de baixa renda

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSÉE é um benefício oferecido para as famílias de baixa renda em que são concedidos descontos na tarifa aplicável a esses consumidores. Originalmente, o desconto variava conforme a faixa de consumo mensal (até 220 kWh). A Lei nº 15.235/2025 redefiniu a forma de aplicação desses descontos, determinando:

- um único critério para a aplicação do desconto, 100% para as famílias com consumo inferior à 80 kWh/mês; e
- isenção, a partir de 1/1/26, das quotas da CDE para os consumidores com renda superior a meio e inferior a um salário-mínimo, inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e com consumo mensal de até 120 kWh por mês.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

Os negócios do Grupo Neoenergia são apresentados de forma gerencial neste informe da seguinte forma: (i) Redes - distribuição e transmissão e (ii) Geração e Clientes - geração eólica, geração hidrelétrica, geração solar, geração térmica e comercialização de energia.

4.1. Redes

4.1.1. Distribuidoras

4.1.1.1. Número de Consumidores

Número de Consumidores (milhares)	4T25						4T24						VARIACÃO					
	Consolidado	Neoenergia Coelba	Neoenergia Pernambuco	Neoenergia Cosern	Neoenergia Elektro	Neoenergia Brasília	Consolidado	Neoenergia Coelba	Neoenergia Pernambuco	Neoenergia Cosern	Neoenergia Elektro	Neoenergia Brasília	Consolidado	Neoenergia Coelba	Neoenergia Pernambuco	Neoenergia Cosern	Neoenergia Elektro	Neoenergia Brasília
Residencial	15.206	6.218	3.830	1.446	2.636	1.076	14.838	6.056	3.725	1.417	2.589	1.051	368	161	105	29	47	26
Industrial	38	10	6	2	19	1	38	10	6	2	19	1	0	0	(0)	0	0	(0)
Comercial	1.118	443	228	115	212	121	1.113	442	227	113	211	120	5	4	0	1	1	1
Rural	466	172	113	45	125	10	479	179	118	47	126	10	(13)	(7)	(4)	(2)	(0)	(0)
Outros	177	72	35	30	34	6	176	72	34	29	34	7	2	1	0	1	0	(0)
Total	17.006	6.915	4.212	1.638	3.027	1.214	16.644	6.758	4.110	1.608	2.979	1.188	362	157	101	30	48	26

4.1.2. Evolução do Mercado

A energia distribuída (cativo + livre + GD) foi 19.838 GWh no 4T25 (+2,5% vs. 4T24) e 77.108 GWh em 2025 (+1,9% vs. 2024) em razão da maior base de clientes que compenso as menores temperaturas. Vale destacar que conforme as distribuidoras passam por revisões tarifárias, seus mercados de referência são ajustados de modo a compensar as migrações para geração distribuída.

A seguir, os valores de energia distribuída por distribuidora e por tipo de cliente e mercado:

Energia Distribuída (GWh)	Neoenergia Coelba			Neoenergia Pernambuco			Neoenergia Cosern			Neoenergia Elektro			Neoenergia Brasília			CONSOLIDADO		
	4T25	4T24	%	4T25	4T24	%	4T25	4T24	%	4T25	4T24	%	4T25	4T24	%	4T25	4T24	%
Residencial	2.010	2.047	(1,8%)	1.492	1.498	(0,4%)	582	599	(2,9%)	1.349	1.388	(2,8%)	677	677	0,1%	6.110	6.209	(1,6%)
Industrial	61	91	(33,1%)	43	70	(39,3%)	18	26	(30,0%)	103	146	(29,5%)	4	7	(34,1%)	229	340	(32,6%)
Comercial	501	527	(4,9%)	322	428	(24,7%)	133	141	(5,3%)	371	471	(21,3%)	300	328	(8,5%)	1.627	1.895	(14,1%)
Rural	789	678	16,5%	128	136	(6,3%)	108	121	(10,2%)	186	205	(9,4%)	30	27	12,6%	1.241	1.166	6,4%
Outros	597	593	0,7%	333	352	(5,3%)	157	158	(1,1%)	269	306	(12,0%)	220	283	(22,1%)	1.576	1.692	(6,8%)
 Mercado Cativo	3.959	3.935	0,6%	2.318	2.485	(6,7%)	999	1.045	(4,5%)	2.277	2.516	(9,5%)	1.232	1.321	(6,7%)	10.784	11.302	(4,6%)
Industrial	1.236	1.199	3,0%	749	714	4,9%	350	317	10,4%	2.002	1.983	1,0%	160	144	10,9%	4.497	4.358	3,2%
Comercial	435	383	13,5%	415	349	18,9%	119	100	19,0%	371	313	18,6%	253	209	21,1%	1.593	1.354	17,7%
Rural	23	17	41,0%	20	16	28,0%	18	9	95,2%	75	69	8,6%	2	1	7,4%	139	113	23,4%
Outros	222	216	2,5%	133	129	3,5%	47	45	6,4%	205	183	11,9%	45	39	83,2%	661	602	9,7%
Suprimento	0	0	-	65	65	0,8%	0	0	-	0	0	-	45	37	21,4%	111	102	8,9%
 Mercado Livre + Suprimento	1.916	1.816	5,5%	1.383	1.273	8,7%	535	471	13,6%	2.654	2.549	4,1%	512	420	21,9%	7.001	6.529	7,2%
Residencial	348	256	36,0%	247	191	29,2%	172	121	42,4%	160	136	17,3%	52	32	61,0%	979	736	32,9%
Industrial	23	14	67,5%	30	27	10,6%	7	8	(10,2%)	19	16	13,4%	3	2	49,5%	81	67	21,9%
Comercial	245	183	34,0%	203	156	29,5%	92	81	14,1%	139	112	24,3%	119	80	48,3%	798	612	30,3%
Rural	67	38	76,3%	24	24	2,3%	14	10	36,6%	50	13	274,9%	6	4	55,6%	162	89	80,9%
Outros	11	3	247,9%	8	6	42,4%	2,9	2	19,5%	8	4	85,3%	3	2	38,5%	33	18	87,1%
 Energia de compensação GD	695	494	40,7%	512	404	26,7%	288	222	29,8%	375	282	33,1%	182	120	51,8%	2.052	1.522	34,9%
Residencial	2.358	2.302	2,4%	1.739	1.690	2,9%	754	720	4,4%	1.508	1.524	(1,1%)	729	709	2,9%	7.089	6.945	2,1%
Industrial	1.320	1.305	1,2%	822	812	1,3%	375	351	6,9%	2.123	2.145	(1,0%)	167	153	9,4%	4.		

NEOENERGIA S.A.

Energia Distribuída (GWh)	Neoenergia Coelba			Neoenergia Pernambuco			Neoenergia Cosern			Neoenergia Elektro			Neoenergia Brasília			CONSOLIDADO		
	4T25	4T24	%	4T25	4T24	%	4T25	4T24	%	4T25	4T24	%	4T25	4T24	%	4T25	4T24	%
Industrial	253	457	(44,7%)	186	312	(40,6%)	82	121	(32,1%)	413	714	(42,2%)	16	33	(53,2%)	949	1.638	(42,1%)
Comercial	2.134	2.566	(16,8%)	1.325	1.795	(26,2%)	579	687	(15,8%)	1.596	1.975	(19,2%)	1.139	1.353	(15,8%)	6.773	8.375	(19,1%)
Rural	2.755	2.528	9,0%	464	465	(0,2%)	360	383	(6,1%)	755	865	(12,7%)	116	127	(9,2%)	4.449	4.369	1,8%
Outros	2.323	2.552	(9,0%)	1.355	1.462	(7,3%)	625	622	0,6%	1.105	1.225	(9,8%)	930	1.208	(23,0%)	6.337	7.068	(10,3%)
Mercado Cativo	15.486	16.235	(4,6%)	9.210	10.018	(8,1%)	4.031	4.287	(6,0%)	9.358	10.343	(9,5%)	4.797	5.302	(9,5%)	42.881	46.188	(7,2%)
Industrial	4.865	4.594	5,9%	2.908	2.793	4,1%	1.304	1.194	9,2%	7.818	7.482	4,5%	588	548	7,2%	17.482	16.610	5,3%
Comercial	1.706	1.425	19,7%	1.576	1.313	20,0%	456	381	19,8%	1.453	1.186	22,5%	924	735	25,7%	6.114	5.040	21,3%
Rural	76	41	85,4%	69	49	38,8%	51	11	347,6%	264	239	10,5%	6	5	10,7%	465	346	34,5%
Outros	892	621	43,6%	524	477	9,8%	183	174	5,0%	777	639	21,5%	213	39	451,3%	2.588	1.951	32,7%
Suprimento	0	0	15,1%	254	237	7,2%	2	2	22,7%	0	0	0,0%	145	154	(5,8%)	402	393	2,1%
Mercado Livre + Suprimento	6.639	6.682	(0,6%)	5.330	4.899	9,5%	1.995	1.762	(13,3%)	10.312	9.546	8,0%	1.876	1.481	26,8%	27.052	24.340	11,1%
Residencial	1.284	888	42,2%	879	614	43,1%	619	410	50,0%	552	394	40,1%	171	112	53,3%	3.480	2.418	43,9%
Industrial	76	48	58,5%	102	90	13,5%	25	27	6,9%	67	53	26,5%	9	6	58,2%	284	224	26,6%
Comercial	862	640	34,8%	681	521	30,7%	356	284	25,3%	485	343	41,3%	391	281	39,1%	2.775	2.069	34,1%
Rural	207	137	50,8%	85	65	31,8%	47	27	70,9%	174	130	34,3%	22	15	50,1%	535	374	43,2%
Outros	25	11	124,2%	24	24	(2,6%)	11	9	29,8%	30	22	36,5%	10	7	57,1%	100	73	38,1%
Energia de compensação GD	2.435	1.725	41,1%	1.771	1.314	34,8%	1.058	757	39,7%	1.307	941	38,9%	604	420	43,8%	7.174,3	5.157	39,1%
Residencial	9.285	9.020	2,9%	6.759	6.599	2,4%	2.999	2.884	4,0%	6.041	5.958	1,4%	2.768	2.694	2,8%	27.853	27.155	2,6%
Industrial	5.194	5.099	1,9%	3.196	3.195	0,0%	1.415	1.342	5,4%	8.297	8.248	0,6%	613	588	4,3%	18.715	18.472	1,3%
Comercial	4.702	4.831	(1,5%)	3.582	3.629	(1,3%)	1.390	1.351	2,9%	3.534	3.504	0,9%	2.454	2.369	3,6%	15.662	15.484	1,2%
Rural	3.039	2.707	12,3%	617	578	6,7%	458	422	8,4%	1.193	1.234	(3,3%)	143	147	(2,8%)	5.450	5.088	7,1%
Outros	3.240	3.185	1,7%	1.902	1.963	(3,1%)	819	805	1,8%	1.911	1.886	1,3%	1.153	1.253	(8,0%)	9.026	9.091	(0,7%)
Suprimento	0	0	-	254	237	7,2%	2	2	22,7%	0	0	0,0%	145	154	(5,8%)	402	393	2,1%
Total Energia Distribuída (cativo + livre + GD)	25.460	24.641	3,3%	16.311	16.203	0,7%	7.083	6.806	4,1%	20.977	20.829	0,7%	7.277	7.205	1,0%	77.108	75.684	1,9%

O consumo total residencial consolidou 7.089 GWh no 4T25, +2,1% vs. 4T24, e 27.853 GWh em 2025, +2,6% vs. 2024, apresentando incremento nas 5 distribuidoras no ano.

O consumo da classe industrial consolidou 4.807 GWh no 4T25, +0,9% vs. 4T24. Observa-se crescimento em Neoenergia Brasília (+9,4%), Cosern (+6,9%), Pernambuco (+1,3%) e Coelba (+1,2%) compensando a redução da Neoenergia Elektro (-1,0%). No ano, a classe apresentou crescimento de +1,3% vs. 2024, com destaque para o crescimento na Neoenergia Cosern (+5,4%) e Brasília (+4,4%).

A classe comercial consolidou 4.018 GWh no 4T25, +4,1% vs. 4T24, e 15.662 GWh em 2025, +1,2% vs. 2024.

A classe rural encerrou o trimestre com consumo de 1.542 GWh, +12,7% vs. 4T24, e de 5.450 GWh em 2025, +7,1% vs. 2024, devido a maior demanda por irrigação por menor volume de chuvas, sobretudo, nas áreas de concessão de Neoenergia Coelba e Brasília, +20,2% e 17,5% 4T25 vs. 4T24, respectivamente. As outras classes (serviço público, poder público, iluminação pública e uso próprio) totalizaram 2.270 GWh de consumo no 4T25, -1,8% vs. 4T24, e 9.026 GWh em 2025, -0,7% vs. 2024.

4.1.1.3. Balanço Energético

A energia injetada total, incluindo GD, foi de 23.128 GWh no 4T25, +2,2% vs. 4T24, e de 89.453 GWh em 2025, +2,6% vs. 2024, influenciada por maior base de clientes que compensaram as menores temperaturas.

BALANÇO ENERGÉTICO (GWH)	4T25	4T24	4T25 X 4T24		2025	2024	2025 X 2024	
			DIF	%			DIF	%
CONSOLIDADO	10.784	11.302	(518)	(4,6%)	42.881	46.188	(3.307)	(7,2%)
Mercado Cativo	7.001	6.529	472	7,2%	27.052	24.340	2.713	11,1%
Mercado Livre + Suprimento	17.785	17.831	(46)	(0,3%)	69.933	70.527	(593)	(0,8%)
Energia Distribuída (A)	2.434	2.741	(307)	(11,2%)	10.205	10.492	(287)	(2,7%)
Energia Perdida (B)	221	141	80	56,7%	44	(96)	140	N/A
Não Faturado (C)	20.440	20.713	(273)	(1,3%)	80.182	80.922	(740)	(0,9%)
SIN + Sistema Isolado (D) = (A) + (B) + (C)	2.688	1.922	766	39,9%	9.271	6.296	2.975	47,3%
Energia Injetada pela GD (E)	23.128	22.635	493	2,2%	89.453	87.218	2.235	2,6%

Neoenergia Coelba	4T25	4T24	4T25 X 4T24		2025	2024	2025 X 2024	
			DIF	%			DIF	%
Mercado Cativo	3.959	3.935	23	0,6%	15.486	16.235	(749)	(4,6%)
Mercado Livre + Suprimento	1.916	1.816	100	5,5%	7.539	6.682	857	12,8%
Energia Distribuída (A)	5.875	5.751	123	2,2%	23.025	22.917	108	0,5%
Energia Perdida (B)	981	1.135	(154)	(13,6%)	4.183	4.291	(108)	(2,5%)
Não Faturado (C)	60	82	(22)	(26,8%)	35	(27)	62	N/A
SIN + Sistema Isolado (D) = (A) + (B) + (C)	6.915	6.968	(53)	(0,8%)	27.243	27.181	62	0,2%
Energia Injetada pela GD (E)	914	643	271	42,1%	3.182	2.149	1.033	48,1%
ENERGIA INJETADA TOTAL (F) = (D) + (E)	7.830	7.611	218	2,9%	30.425	29.330	1.095	3,7%

Neoenergia Pernambuco	4T25	4T24	4T25 X 4T24		2025	2024	2025 X 2024	
			DIF	%			DIF	%
Mercado Cativo	2.318	2.485	(167)	(6,7%)	9.210	10.018	(808)	(8,1%)
Mercado Livre + Suprimento	1.363	1.273	111	8,6%	5.330	4.869	461	9,5%
Energia Distribuída (A)	3.702	3.758	(56)	(1,5%)	14.540	14.888	(348)	(2,3%)
Energia Perdida (B)	765	855	(90)	(10,5%)	3.261	3.277	(16)	(0,5%)
Não Faturado (C)	114	60	54	90,0%	(13)	(21)	(11)	(45,8%)
SIN + Sistema Isolado (D) = (A) + (B) + (C)	4.581	4.673	(92)	(2,0%)	17.788	18.141	(353)	(1,9%)
Energia Injetada pela GD (E)	651	491	160	32,6%	2.211	1.513	698	46,1%
ENERGIA INJETADA TOTAL (F) = (D) + (E)	5.232	5.164	68	1,3%	20.000	19.654	346	1,8%

Neoenergia Cosern	4T25	4T24	4T25 X 4T24		2025	2024	2025 X 2024	
			DIF	%			DIF	%
Mercado Cativo	999	1.045	(47)	(4,4%)	4.031	4.287	(257)	(6,0%)
Mercado Livre + Suprimento	535	471	64	13,6%	1.995	1.762	234	13,2%
Energia Distribuída (A)	1.534	1.516	18	1,2%	6.026	6.049	(23)	(0,4%)
Energia Perdida (B)	88	146	(58)	(39,7%)	461	567	(106)	(18,7%)
Não Faturado (C)	50	45	5	11%	(2)	(4)	N/A	N/A
SIN + Sistema Isolado (D) = (A) + (B) + (C)	1.672	1.706	(34)	(2,0%)	6.485	6.618	(133)	(2,0%)
Energia Injetada pela GD (E)	378	287	91	31,7%	1.340	909	431	47,4%
ENERGIA INJETADA TOTAL (F) = (D) + (E)	2.050	1.993	57	2,9%	7.825	7.527	298	4,0%

Neoenergia Elektro	4T25	4T24	4T25 X 4T24		2025	2024	2025 X 2024	
			DIF	%			DIF	%
Mercado Cativo	2.277	2.516	(239)	(9,5%)	9.358	10.343	(985)	(9,5%)
Mercado Livre + Suprimento	2.654	2.549	105	4,1%	10.312	9.546	766	8,0%
Energia Distribuída (A)	4.931	5.065	(134)	(2,6%)	19.669	19.889	(220)	(1,1%)
Energia Perdida (B)	303	375	(73)	(19,2%)	1.314	1.503	(189)	(12,6%)
Não Faturado (C)	48	(27)	75	N/A	33	(58)	91	N/A
SIN + Sistema Isolado (D) = (A) + (B) + (C)	5.282	5.414	(132)	(2,4%)	21.016	21.334	(318)	(1,5%)

NEOENERGIA S.A.

4.2.1.2. Hidrelétricas

No 4T25, a Neoenergia possuía participação (direta ou indireta) em 4 usinas hidrelétricas.

Hidrelétricas em operação	Participação Neoenergia (Direta e Indireta)	Estado	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW)	Data da Concessão		Fim da Concessão
						Autorização		
UHE Itapebi	100%	BA	Rio Jequitinhonha	462,0	202,1	28/05/1999	07/11/2001	15/05/2039
UHE Corumbá III	70%	GO	Rio Corumbá	96,5	47	07/11/2001		22/04/2040
UHE Dardanelos - Águas da Pedra	100%	MT	Rio Aripuanã	261,0	147,2	03/07/2007		12/12/2040
Belo Monte	10%	PA	Rio Xingu	11.233,1	4571	26/08/2010		10/07/2046

NOTA: Em 17 de setembro de 2013, a Aneel homologou uma extensão dos prazos de outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. Em 13 de dezembro de 2022, a Aneel postergou em 220 dias o prazo de concessão da UHE Dardanelos, pela resolução autorizativa nº 13.297.

No 4T25, a Neoenergia anunciou as seguintes operações com seus ativos hídricos, que ainda estão em processo de conclusão, sujeitas a determinadas condições precedentes suas a estes tipos de transações: a venda da UHE Dardanelos para EDF Brasil, em 21 de novembro de 2025; e o aumento de participação na UHE Corumbá.

A energia hídrica gerada foi de 491 GWh no 4T25 (-39,6% vs. 4T24) e de 5.496 GWh em 2025 (-1% vs. 2024), explicada pela venda UHE Baixo Iguaçu em 30/06/25.

4.2.2. Termopernambuco

A Termopernambuco estava inserida no PPT (Programa Prioritário de Térmicas), com sua receita garantida pelos PPAs com Neoenergia Coelba (65MW) e Neoenergia Pernambuco (390MW), vigentes até 14 de maio de 2024. Em dezembro de 2021, a usina sagrou-se vencedora do Leilão de Reserva de Capacidade, com um contrato de 15 anos, a iniciar em 1º de julho de 2026. Em setembro de 2024, a ANEEL aprovou a antecipação deste contrato para 1º de outubro de 2024, mantendo todas as condições anteriores e adicionando 21 meses ao prazo inicial.

Térmica em operação	Participação Neoenergia	Estado	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW)	Data da Concessão	
						Autorização	Vencimento
UTE Termopernambuco	100%	PE	Suape - Ipojuca	550	504,1	18/12/2000	18/12/2030

Sob o novo de Contrato de Capacidade, o despacho foi de 1% no 4T25, com geração de 8 GWh no 4T25 e 23 GWh em 2025. Vale destacar que até 14/05/2024 estavam vigentes os contratos bilaterais de venda de energia.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1. Consolidado

DRE CONSOLIDADO (R\$ MM)	4T25	4T24	Variação		2025	2024	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Operacional Líquida¹	13.549	12.844	705	5%	50.140	46.680	3.460	7%
Custos com Energia²	(8.697)	(8.706)	9	(0)%	(32.757)	(30.566)	(2.191)	7%
Margem Bruta s/ VNR	4.852	4.138	714	17%	17.383	16.114	1.269	8%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	214	582	(368)	(63)%	1.596	1.504	92	6%
MARGEM BRUTA	5.066	4.720	346	7%	18.979	17.618	1.361	8%
Despesa Operacional	(1.051)	(1.129)	78	(7)%	(4.295)	(4.240)	(55)	1%
PECLD	(145)	(132)	(13)	10%	(560)	(552)	(8)	1%
(+) Eq. Patrimonial/Operações Corporativas	104	(382)	486	N/A	166	(309)	475	N/A
EBITDA	3.974	3.077	897	29%	14.290	12.517	1.773	14%
Depreciação	(806)	(735)	(71)	10%	(3.019)	(2.816)	(203)	7%
Resultado Financeiro	(1.359)	(1.377)	18	(1)%	(5.807)	(4.992)	(815)	16%
IR/CS	(328)	(105)	(223)	212%	(407)	(1.027)	620	(60)%
Minoritário	(6)	(8)	2	(25)%	(26)	(47)	21	(45)%
LUCRO LÍQUIDO	1.475	852	623	73%	5.031	3.635	1.396	38%

¹ Considera Receita de Construção

² Considera Custos de Construção

A Neoenergia encerrou o 4T25 com Margem Bruta sem VNR de R\$ 4.852 milhões, +17% vs. 4T24, impactada pelos efeitos positivos de aumento da base de clientes e volume das distribuidoras, das variações positivas de parcela B nos últimos processos tarifários de todas as distribuidoras: +8,1% em Neoenergia Coelba (reajuste abr/25), +6,6% em Neoenergia Cosern (reajuste abr/25), +16,2% em Neoenergia Pernambuco (revisão abr/25), +1,30% em Neoenergia Elektro (reajuste ago/25) e +8,3% em Neoenergia Brasília (reajuste out/25), além dos novos ativos de transmissão que entraram em operação. Estes efeitos foram parcialmente compensados pela menor geração eólica e menor margem de hidros, decorrente da desconexão de Baixo Iguaçu a partir de julho/25, após o closing da venda do ativo.

No 4T25, a Margem Bruta sem VNR foi de R\$ 17.383 milhões, +8% vs. 2024, em razão dos efeitos positivos de aumento da base de clientes, volume e variações positivas de parcela B nos últimos processos tarifários das distribuidoras, citados anteriormente, além do reajuste em out/24 da Neoenergia Brasília (parcela B: +5%) e dos novos ativos de transmissão em operação. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelos reajustes tarifários negativos de Neoenergia Coelba, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Cosern em 2024 (com variação da parcela B de -4,82%, -4,40% e -5,63%, respectivamente), além de menor margem de Termopernambuco, impactada pela alteração dos seus contratos bilaterais de venda de energia para o atual contrato de reserva de capacidade e menor margem em renováveis.

A margem bruta foi de R\$ 5.066 milhões no 4T25 (+7% vs. 4T24) e de R\$ 18.979 milhões em 2025 (+8% vs. 2024), em razão dos efeitos supracitados, além do maior VNR no ano.

As despesas operacionais somaram R\$ 1.051 milhões no 4T25 (-6,9% vs. 4T24), devido a gastos não recorrentes no 4T24, e R\$ 4.295 milhões em 2025 (+1,3% vs. 2024), abaixo da inflação, confirmando a disciplina de custos, que permite absorver as pressões da maior base de clientes e novos ativos de transmissão. Vale destacar que o 4T25 foi impactado pontualmente pelo efeito da alienação do edifício sede da Neoenergia Pernambuco (+R\$ 64 milhões). A PECLD foi de R\$ 145 milhões no 4T25 (+10% vs. 4T24) e de R\$ 560 milhões em 2025, em linha com 2024.

Na rubrica de Equivalência Patrimonial/Operações Corporativas, no 4T25 foram registrados R\$ 104 milhões (vs. -R\$ 382 milhões no 4T24), explicado, sobretudo, pela equivalência dos ativos de transmissão em parceria com o GIC, no valor de +R\$ 102 milhões. Em 2025 foram registrados R\$ 166 milhões (vs. -R\$ 309 milhões em 2024) com destaque para +R\$ 206 milhões referentes a equivalência dos ativos de transmissão em parceria com o GIC e -R\$ 58 milhões de ajuste a valor justo do lote de Itabapoana. Vale lembrar que no 4T24 foram registrados -R\$ 368 milhões de ajuste a valor justo referente a venda da usina de Baixo Iguaçu.

O EBITDA foi de R\$ 3.974 milhões no 4T25 (+29% vs. 4T24) e de R\$ 14.290 milhões em 2025 (+14% vs. 2024). Já o EBITDA Ajustado, sem VNR, IFRS e Operações Corporativas, foi de R\$ 3.248 milhões no 4T25 (+14% vs. 4T24) e de R\$ 11.428 milhões no 2025 (+8% vs. 2024).

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 1.359 milhões no 4T25 (vs. -R\$ 1.377 milhões no 4T24) e de -R\$ 5.807 milhões em 2025 (vs. -R\$ 4.992 milhões em 2024), em função do aumento do saldo médio da dívida, devido às captações direcionadas para Capex, e maior CDI (47% da dívida da Companhia está atrelado a esse índice).

A rubrica de IR/CS do trimestre foi de -R\$ 328 milhões (vs. -R\$ 105 milhões no 4T24) e no ano foi de -R\$ 407 milhões (vs. -R\$ 1.027 milhões em 2024). Em 2025 observa-se o impacto positivo do débito tributário ocorrido no 2T25, gerando crédito no valor de R\$ 770 milhões, dada a exclusão da atualização da Selic dos débitos relativos à retirada do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

Como resultado dos efeitos apresentados, o lucro líquido do 4T25 foi de R\$ 1.475 milhões (+73% vs. 4T24) e de R\$ 5.031 milhões em 2025 (+38% vs. 2024).

5.2. Redes

O resultado do negócio de Redes contempla o desempenho tanto das distribuidoras como dos ativos de transmissão.

DRE REDES (R\$ MM)	4T25	4T24	Variação		2025	2024	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	12.867	12.211	656	5%	47.573	44.683	2.890	6%
Custos com Energia	(8.447)	(8.616)	169	(2)%	(31.960)	(30.689)	(1.271)	4%
Margem Bruta s/ VNR	4.420	3.595	825	23%	15.613	13.994	1.619	12%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	214	582	(368)	(63)%	1.596	1.504	92	6%
Margem Bruta	4.634	4.177	457	11%	17.209	15.498	1.711	11%
Despesa Operacional	(848)	(911)	63	(7)%	(3.505)	(3.436)	(69)	2%
PECLD	(145)	(131)	(14)	11%	(559)	(552)	(7)	1%
(+) Eq. Patrimonial/Operações Corporativas	103	(15)	118	N/A	149	48	101	210%
EBITDA	3.744	3.120	624	20%	13.294	11.558	1.736	15%
Depreciação	(612)	(557)	(55)	10%	(2.328)	(2.101)	(227)	11%
Resultado Financeiro	(1.355)	(1.296)	(59)	5%	(5.643)	(4.670)	(973)	21%
IR CS	(301)	(242)	(59)	24%	(279)	(1.054)	775	(74)%
LUCRO LÍQUIDO	1.476	1.025	451	44%	5.044	3.733	1.311	35%

O negócio de Redes encerrou o 4T25 com Margem Bruta sem VNR de R\$ 4.420 milhões, +23% vs. 4T24, impactada pelos efeitos positivos de aumento da base de clientes e volume das distribuidoras, das variações positivas de parcela B nos últimos processos tarifários de todas as distribuidoras: +8,1% em Neoenergia Coelba (reajuste abr/25), +6,6% em Neoenergia Cosern (reajuste abr/25), +16,2% em Neoenergia Pernambuco (revisão abr/25), +1,30% em Neoenergia Elektro (reajuste ago/25) e +8,3% em Neoenergia Brasília (reajuste out/25), além dos novos ativos de transmissão que entraram em operação.

Em 2025, a Margem Bruta sem VNR foi de R\$ 15.613 milhões, +12% vs. 2024, em razão dos efeitos positivos de aumento da base de clientes, volume e variações positivas de parcela B nos últimos processos tarifários das distribuidoras, citados anteriormente, além do reajuste em out/24 da Neoenergia Brasília (parcela B: +5%) e dos novos ativos de transmissão em operação. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelos reajustes tarifários negativos de Neoenergia Coelba, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Cosern em 2024 (com variação da parcela B de -4,82%, -4,40% e -5,63%, respectivamente).

As despesas operacionais somaram R\$ 848 milhões no 4T25 (-7% vs. 4T24) e R\$ 3.505 milhões em 2025 (+2% vs. 2024), abaixo da inflação, confirmando a disciplina de custos, que permite absorver as pressões da maior base de clientes e novos ativos de transmissão. Vale destacar que o 4T25 foi impactado pontualmente pelo efeito da alienação do edifício sede da Neoenergia Pernambuco (+R\$ 64 milhões).

A PECLD foi de R\$ 145 milhões no 4T25 (+11% vs. 4T24) e de R\$ 559 milhões em 2025, em linha com 2024.

Na rubrica de Equivalência Patrimonial/Operações Corporativas, no 4T25 foram registrados R\$ 103 milhões (vs. -R\$ 15 milhões no 4T24), explicado, sobretudo, pela equivalência dos ativos de transmissão em parceria com o GIC, no valor de +R\$ 102 milhões. Em 2025 foram registrados R\$ 149 milhões (vs. R\$ 48 milhões em 2024), com destaque para +R\$ 206 milhões referentes a equivalência dos ativos de transmissão em parceria com o GIC e -R\$ 58 milhões de ajuste a valor justo do lote de Itabapoana.

Como resultado dos efeitos apresentados, o EBITDA foi de R\$ 3.744 milhões no 4T25 (+20% vs. 4T24) e de R\$ 13.294 milhões em 2025 (+15% vs. 2024). Já o EBITDA Ajustado, sem VNR, IFRS e Operações Corporativas, foi de R\$ 3.019 milhões no 4T25 (+20% vs. 4T24) e R\$ 10.435 milhões em 2025 (+13% vs. 2024).

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 1.355 milhões no 4T25 (vs. -R\$ 1.296 milhões no 4T24) e de -R\$ 5.643 milhões em 2025 (vs. -R\$ 4.670 milhões em 2024), em função do aumento do saldo médio da dívida, devido às captações direcionadas para Capex e maior CDI.

A rubrica de IR/CS do trimestre foi de -R\$ 301 milhões (vs. -R\$ 242 milhões no 4T24) e no ano foi de -R\$ 279 milhões (vs. -R\$ 1.054 milhões em 2024). Em 2025 observa-se o impacto positivo do débito tributário ocorrido no 2T25, gerando crédito no valor de R\$ 770 milhões, dada a exclusão da atualização da Selic dos débitos relativos à retirada do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

O lucro líquido de Redes encerrou o trimestre em R\$ 1.476 milhões (+44% vs. 4T24) e o ano em R\$ 5.044 milhões (+35% vs. 2024).

DRE TRANSMISSÃO (R\$ MM)	4T25	4T24	Variação		2025	2024	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	1256	1.344	(88)	(7)%	5.178	5.432	(254)	(5)%
Custos de Construção	(618)	(1.137)	519	(46)%	(3.261)	(4.121)	860	(21)%
Margem Bruta	638	207	431	208%	1.917	1.311	606	46%
Despesa Operacional	(77)	(67)	(10)	15%	(221)	(205)	(16)	8%
PECLD	(1)	-	(1)	-	(3)	1	(4)	N/A
(+) Eq. Patrimonial/Operações Corporativas	102	(15)	117	N/A	148	48	100	208%
EBITDA	662	125	537	430%	1.841	1.155	686	59%
Depreciação	(4)	(2)	(2)	100%	(10)	(6)	(4)	67%
Resultado Financeiro	(182)	(213)	31	(15)%	(847)	(682)	(165)	24%
IR CS	(47)	34	(81)	N/A	(173)	(117)	(56)	48%
LUCRO LÍQUIDO	430	(56)	486	N/A	811	350	461	132%

As transmissoras apresentaram Margem Bruta de R\$ 638 milhões no 4T25 (+208% vs. 4T24) e de R\$ 1.917 milhões em 2025 (+46% vs. 2024), pelos novos ativos de transmissão que entraram em operação.

As despesas operacionais somaram R\$ 77 milhões no 4T25 (+15% vs. 4T24) e R\$ 221 milhões em 2025 (+8% vs. 2024), devido à entrada de novos ativos. Na rubrica de Equivalência Patrimonial/Operações Corporativas, no 4T25 foram registrados +R\$ 102 milhões referentes a equivalência dos ativos de transmissão em parceria com o GIC. Em 2025, foram registrados +R\$ 148 milhões sendo: -R\$ 58 milhões de ajuste a valor justo do lote de Itabapoana e +R\$ 206 milhões referentes a equivalência dos ativos de transmissão em parceria com o GIC. Os valores de -R\$ 15 milhões no 4T24 e R\$ 48 milhões em 2024 se referem aos ativos de transmissão em parceria com o GIC.

Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA de transmissão encerrou o trimestre em R\$ 662 milhões (+430% vs. 4T24) e o ano em R\$ 1.841 milhões (+59% vs. 2024). Já o EBITDA Ajustado, sem IFRS e Operações Corporativas, foi de R\$ 151 milhões no 4T25 (+51% vs. 4T24) e de R\$ 578 milhões em 2025 (+68% vs. 2024).

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 182 milhões no 4T25 (vs. -R\$ 213 milhões 4T24) e de -R\$ 847 milhões em 2025 (vs. -R\$ 682 milhões em 2024), em função do aumento do saldo médio da dívida, devido às captações direcionadas para Capex e maior CDI.

O negócio de transmissão teve lucro de R\$ 430 milhões no 4T25 (+R\$ 486 milhões vs. 4T24) e de R\$ 811 milhões em 2025 (+R\$ 461 milhões vs. 2024).

5.2.1. NEOENERGIA COELBA

DRE (R\$ MM)	4T25	4T24	Variação		2025	2024	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	4.672	4.546	126	3%	17.278	15.580	1.698	11%
Custos com Energia	(2.998)	(2.893)	(105)	4%	(11.157)	(9.755)	(1.402)	14%
Margem Bruta s/ VNR	1.674	1.653	21	1%	6.121	5.825	296	5%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	137	268	(131)	(49)%	869	754	115	15%
Margem Bruta	1.811	1.921	(110)	(6)%	6.990	6.579	411	6%
Despesa Operacional	(364)	(387)	23	(6)%	(1.551)	(1.478)	(73)	5%
PECLD	(58)	(55)	(3)	5%	(194)	(190)	(4)	2%
EBITDA	1.389	1.479	(90)	(6)%	5.245	4.911	334	7%
Depreciação	(268)	(250)	(18)	7%	(1.025)	(936)	(89)	10%
Resultado Financeiro	(495)	(463)	(32)	7%	(2.122)	(1.769)	(353)	20%
IR CS	(128)	(137)	9	(7)%	(144)	(398)	254	(64)%
LUCRO LÍQUIDO	498	629	(131)	(21)%	1.954	1.808	146	8%

A Neoenergia Coelba apresentou margem bruta sem VNR de R\$ 1.674 milhões no 4T25, em linha com o 4T24. No ano, a margem bruta sem VNR foi de R\$ 6.121 milhões (+5% vs. 2024), explicado pelos maiores volumes e pelo impacto positivo da variação da parcela B de +8,1% no reajuste de abril/24.

A margem bruta foi de R\$ 1.811 milhões no 4T25 (-6% vs. 4T24) e de R\$ 6.990 milhões em 2025 (+6% vs. 2024), em razão dos efeitos supracitados, além do maior VNR no ano.

As despesas operacionais contabilizaram R\$ 364 milhões no 4T25 (-6% vs. 4T24). No ano, as despesas somaram R\$ 1.551 milhões (+5% vs. 2024), em linha com a inflação do período.

No trimestre, a PECLD totalizou R\$ 58 milhões (+5% vs. 4T24) e no acumulado foi de R\$ 194 milhões (+2% vs. 2024), refletindo a boa performance das ações de cobrança. Quando analisamos o indicador de inadimplência (PECLD/ROB)

NEOENERGIA S.A.

DRE COMERCIALIZAÇÃO (R\$ MM)	4T25		4T24		Variação		2025		2024		Variação	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
	Receita Líquida	488	433	55	13%	1.813	1.448	365	25%			
Custos com Energia	(441)	(390)	(51)	13%	(1.642)	(1.326)	(316)	24%				
Margem Bruta	47	43	4	9%	171	122	49	40%				
Despesa Operacional	(36)	(40)	4	(10%)	(108)	(99)	(9)	9%				
FECLD	-	(1)	1	(100%)	(1)	-	(1)	-				
EBITDA	10	2	8	400%	60	23	37	161%				
Depreciação	(2)	(1)	(1)	100%	(7)	(5)	(2)	40%				
Resultado Financeiro	-	-	-	-	2	3	(1)	(33%)				
IR CS	3	-	3	-	(10)	(7)	(3)	43%				
LCURO LÍQUIDO	11	1	10	1000%	45	14	31	221%				

O negócio de Geração e Clientes apresentou margem bruta de R\$ 444 milhões no 4T25 (-20% vs. 4T24), refletindo principalmente a menor geração eólica e a redução da margem das hidros, em função da desconsolidação de Baixo Iguaçu a partir de jul/25, após o closing da venda do ativo. Em 2025, a margem bruta totalizou R\$ 1.822 milhões (-16% vs. 2024), resultado também da menor margem de Termopernambuco, em razão da alteração dos seus contratos bilaterais de venda de energia para o atual contrato de reserva de capacidade. As despesas operacionais somaram R\$ 125 milhões no 4T25 (-18% vs. 4T24), influenciadas pela desconsolidação de Baixo Iguaçu e pelo efeito positivo de um ressarcimento pontual junto a fornecedor no negócio de eólicas. Em 2025, as despesas totalizaram R\$ 521 milhões (-5% vs. 2024), refletindo também o reconhecimento de R\$ 22,2 milhões referentes à indenização de seguro da Usina de Itaipu. Na linha de Equivalência Patrimonial/Operações Corporativas, foi registrado +R\$ 3 milhões no 4T25 (vs. -R\$ 367 milhões no 4T24) e +R\$ 14 milhões em 2025 (vs. -R\$ 357 milhões em 2024), variação explicada pelo efeito negativo de -R\$ 368 milhões registrado no 4T24, referente ao ajuste a valor justo da venda da usina de Baixo Iguaçu. Considerando esses efeitos, o EBITDA alcançou R\$ 322 milhões no 4T25 (+794% vs. 4T24) e R\$ 1.313 milhões em 2025 (+5% vs. 2024). O resultado financeiro foi positivo em +R\$ 58 milhões no 4T25 (vs. -R\$ 41 milhões no 4T24), refletindo o impacto da revisão da taxa de desmantelamento dos ativos eólicos, além da maior rentabilidade financeira decorrente do aumento do CDI. Em 2025, o resultado financeiro totalizou -R\$ 35 milhões (vs. -R\$ 185 milhões em 2024), beneficiado também pela amortização integral do endividamento da Termopernambuco em abril/24. O lucro líquido foi de R\$ 206 milhões no 4T25 (+R\$ 201 milhões vs. 4T24) e de R\$ 659 milhões em 2025 (+R\$ 71 milhões vs. 2024).

6. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

EBITDA (R\$ MM)	4T25		4T24		Variação		2025		2024		Variação	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
	Lucro líquido do período (A)	1.475	852	623	73%	5.031	3.635	1.396	38%			
Lucro Atribuído aos minoritários (B)	(6)	(8)	2	(25%)	(26)	(47)	21	(45%)				
Despesas financeiras (C)	(1.581)	(1.448)	(133)	9%	(6.360)	(5.250)	(1.110)	21%				
Receitas financeiras (D)	334	298	36	12%	1.271	1.214	57	5%				
Outros resultados financeiros, líquidos (E)	(112)	(227)	115	(51%)	(718)	(956)	238	(25%)				
Imposto de renda e contribuição social (F)	(328)	(105)	(223)	212%	(407)	(1.027)	620	(60%)				
Depreciação e Amortização (G)	(806)	(735)	(71)	10%	(3.019)	(2.816)	(203)	7%				
EBITDA = (A)-(B)+(C)+(D)+(E)+(F)+(G)	3.974	3.077	897	29%	14.290	12.517	1.773	14%				
Ativo Financeiro da Concessão - VNR (H)	214	582	(368)	(63%)	1.596	1.504	92	6%				
IFRS 15 (I)	511	60	451	752%	1.321	886	435	49%				
Operações Corporativas (J)	1	(403)	404	N/A	(55)	(444)	389	(88%)				
EBITDA Ajustado = (EBITDA - (H+I+J))	3.248	2.838	410	14%	11.428	10.571	857	8%				

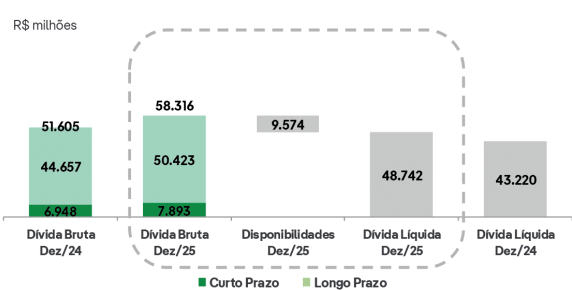
INVESTIMENTOS REALIZADOS (valores em R\$ MM)	Neoenergia Coelba			Neoenergia Pernambuco			Neoenergia Cosern			Neoenergia Eletro			Neoenergia Brasília			CONSOLIDADO			
	2025	2024	%	2025	2024	%	2025	2024	%	2025	2024	%	2025	2024	%	2025	2024	%	
	Expansão de Rede	2.737	2.154	27%	594	463	28%	345	243	42%	687	627	10%	113	75	49%	4.477	3.561	26%
Programa Luz para Todos	337	320	5%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	437	320	5%	
Novas Ligações	1.298	1.134	15%	455	346	32%	204	152	35%	484	397	22%	52	34	55%	2.493	2.062	21%	
Novas SE's e RD's	1.102	700	58%	138	114	21%	141	91	55%	203	229	(11%)	60	42	45%	1.644	1.175	40%	
Compromisso ECV	0	(0)	-	2	4	(57%)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	4	(57%)	
Renovação de Ativos	404	396	2%	185	208	(11%)	74	91	(18%)	176	187	(6%)	93	61	53%	933	942	(1%)	
Melhoria da Rede	251	149	68%	80	59	36%	67	42	59%	91	114	(21%)	57	39	45%	545	404	35%	
Perdas e Inadimplência	95	86	11%	119	112	5%	11	14	(19%)	10	11	(16%)	37	18	107%	272	242	13%	
Outros	379	232	63%	110	59	87%	62	45	39%	179	120	49%	77	101	(24%)	806	557	45%	
Movimentação Material (Estoque x Obra)	3.987	2.987	34%	1.125	887	27%	591	41	25	22%	41	5	N/A	409	294	38%	7.305	6.999	28%
(+) Investimento Bruto	3.987	2.987	34%	1.125	887	27%	591	41	25%	41	5	N/A	409	294	38%	7.305	6.999	28%	
SUBVENÇÕES	(376)	(146)	158%	(12)	(20)	(39%)	(24)	(10)	133%	1.182	1.065	11%	(13)	(19)	(30%)	(509)	(537)	115%	
(-) Investimento Líquido	3.621	2.847	27%	1.113	867	28%	567	450	26%	1.099	1.023	7%	396	275	44%	6.796	5.462	24%	
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(130)	23	(665%)	(37)	14	(371%)	(31)	(25)	22%	(41)	(5)	N/A	(33)	(0)	N/A	(272)	6	N/A	
(+) CAPEX	3.491	2.870	22%	1.076	881	22%	537	426	26%	1.058	1.018	4%	363	275	32%	6.524	5.468	19%	
Base de Anuidade Regulatória	379	232	63%	110	59	87%	62	45	39%	179	120	49%	77	101	(24%)	806	557	45%	
Base de Remuneração Regulatória	3.498	2.784	25%	978	842	16%	498	390	28%	963	940	2%	300	194	55%	6.227	5.149	21%	

8.1.2. Transmissão Em 2025, o Capex das transmissoras foi de R\$ 3,3 bilhões, integralmente dedicado à construção final das linhas e subestações dos lotes.

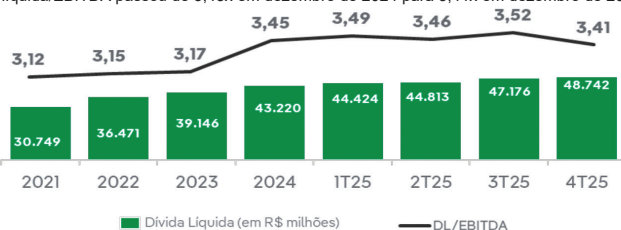
8.2. Geração e Clientes Os investimentos realizados em Geração e Clientes somaram R\$ 289 milhões em 2025, destinados, principalmente, para manutenção dos parques eólicos e das hidrelétricas.

9. ENVIDIVAMENTO

9.1. Posição de Dívida e Alavancagem Financeira Em dezembro de 2025, a dívida líquida do consolidado da Neoenergia, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 48.742 milhões (dívida bruta de R\$ 58.316 milhões), apresentando um crescimento de 13% (R\$ 5.523 milhões) em relação a dezembro de 2024, explicado principalmente pela execução de Capex dos projetos de redes. Em relação a segregação do saldo devedor, a Neoenergia possui 86% da dívida contabilizada no longo prazo e 14% no curto prazo.

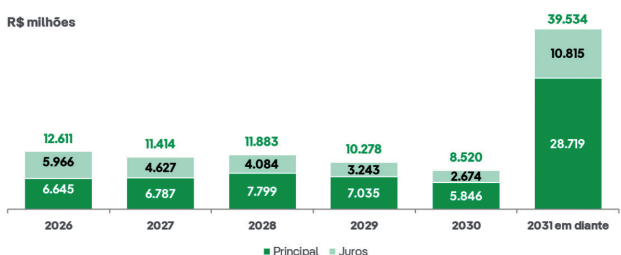


O indicador financeiro Dívida total líquida/EBITDA passou de 3,45x em dezembro de 2024 para 3,41x em dezembro de 2025.



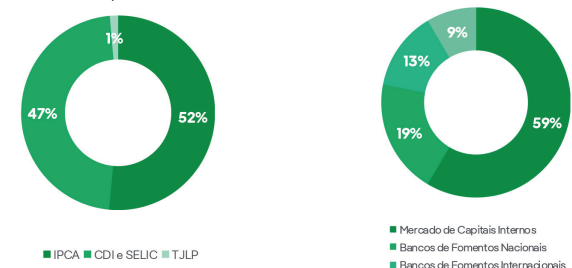
9.2. Cronograma de amortização das dívidas A Companhia busca alinhar a estrutura de sua dívida em consonância com o ciclo financeiro de seus negócios, observando as peculiaridades de cada empresa e as características de suas concessões e autorizações. Visando eficiência por meio da redução do custo da dívida e do alongamento de seu perfil de amortização, a Companhia executa uma gestão ativa de seus passivos financeiros de modo a evitar concentração dos vencimentos de dívida. Os montantes vencidos nos próximos anos não apresentam concentração em nenhum período específico, estando consistentes com volumes vencidos nos últimos exercícios.

Em 2026, as maiores concentrações de pagamento de dívida são referentes a Neoenergia Coelba, no valor estimado de R\$ 2,1 bilhões, da Neoenergia Pernambuco, de R\$ 1 bilhão, da Neoenergia Eletro, de R\$ 920 milhões, e da Neoenergia Brasília, de R\$ 650 milhões. A soma dos vencimentos dessas distribuidoras equivale a 70% do volume consolidado a amortizar neste período. Em 2027, as maiores concentrações de pagamento de dívida são referentes a Neoenergia Coelba, no valor estimado de R\$ 1,9 bilhão, da Neoenergia Pernambuco, de R\$ 1,2 bilhão, da Neoenergia Eletro, de R\$ 1,1 bilhão, da Neoenergia Holding, de R\$ 851 milhões, da Neoenergia Cosern, de R\$ 609 milhões, e da Neoenergia Brasília, de R\$ 550 milhões. A soma dos vencimentos dessas empresas equivale a 92% do volume consolidado a amortizar neste período. O prazo médio do endividamento da Neoenergia em dezembro de 2025 foi de 5,71 anos (vs. 6,30 anos em dezembro de 2024). O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas forward de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento vigente ao final de 2025.



9.3. Perfil Dívida

Os gráficos abaixo apresentam o saldo de dívidas segregado por fonte de captação e por indexador. O custo médio da dívida consolidada em dezembro de 2025 foi de 11,9% (vs. 10,8% em dezembro de 2024).



No 4T25 captamos um total de R\$ 5.103 milhões. Destacamos as seguintes linhas de desembolso de dívida: i. Liberação da 2ª Emissão de Debêntures da Neoenergia Coelba, no valor de R\$ 3.302 milhões e prazo de até 10 anos, e da 13ª Emissão de Debêntures da Neoenergia Cosern, de R\$ 700 milhões e prazo de 10 anos; ii. Desembolso de Eco Invest com o Bradesco (Debêntures Institucionais) para Neoenergia Eletro e para Neoenergia Coelba no montante de R\$ 500 milhões cada e prazo de 10 anos; iii. Liberação de financiamento do BNDES para Neoenergia Vale do Itajaí, no valor de R\$ 66 milhões e prazo de 24 anos, e para Neoenergia Guanabara, no valor de R\$ 35 milhões e prazo de 24 anos.

10. RATING

Em 25 de novembro de 2025, a Standard & Poor's - S&P reafirmou o rating da Neoenergia e suas distribuidoras em "BB" na Escala Global e "brAAA" na Escala Nacional Brasil, limitadas ao rating soberano.

11. MERCADO DE CAPITALIS

Em 30 de dezembro de 2025, o valor de mercado da Companhia era de R\$39,30 bilhões com as ações (NEO3) cotadas a R\$32,38. No ano de 2025, as ações apresentaram valorização de 75,4%, conforme demonstrado nos gráficos abaixo:



Abaixo, quadro com valores de cotação da ação e valor de mercado:

Quantidade de ações (mil)	IPO	4T25
Valor da ação	1.213.797.248	1.213.797.248
Valor de mercado* (R\$ milhões)	15.65	39.303

*Valor de mercado = quantidade de ação x valor da ação

12. OUTROS TEMAS

12.1. Clientes Baixa Renda

Nº de Consumidores Residenciais (milhares)	4T25						4T24					
	Consolidado	Neoenergia Coelba	Neoenergia Pernambuco	Neoenergia Cosern	Neoenergia Eletro	Neoenergia Brasília	Consolidado	Neoenergia Coelba	Neoenergia Pernambuco	Neoenergia Cosern	Neoenergia Eletro	Neoenergia Brasília
Convencional	11.409	4.335	2.629	1.068	2.413	964	10.934	4.140	2.498	1.019	2.327	950
Baixa Renda	3.798	1.883	1.201	378	223	113	3.905	1.917	1.227	398	262	101
Total	15.206	6.218	3.830	1.446	2.636	1.076	14.838	6.056	3.725	1.417	2.589	1.051

7. RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (R\$ MM)	4T25		4T24		Variação		2025		2024		Variação	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
	Renda de aplicações financeiras	263	222	41	18%	920	883	37	4%			
Encargos, variações monetárias e cambiais e Instrumentos Financeiros derivativos de dívida	(1.499)	(1.426)	(73)	5%	(6.311)	(5.371)	(940)	18%				
Outros resultados financeiros não relacionados a dívida	(123)	(173)	50	(29%)	(416)	(504)	88	(17%)				
Juros, comissões e acréscimo moratório	64	72	(8)	(11%)	338	333	5	2%				
Variações monetárias e cambiais - outros	41	(16)	57	N/A	150	(35)	185	N/A				
Atualização provisão para contingências/depósitos judiciais	19	(25)	44	N/A	(47)	(141)	94	(67%)				
Atualização do ativo/passivo financeiro setorial	(27)	(53)	26	(49%)	(215)	(162)	(53)	33%				
Obrigações pós emprego	(26)	(23)	(3)	13%	(102)	(94)	(8)	9%				
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(194)	(128)	(66)	52%	(540)	(405)	(135)	33%				
Total	(1.359)	(1.377)	18	(1%)	(5.807)	(4.992)	(815)	16%				

O Resultado Financeiro Consolidado foi de -R\$ 1.359 milhões no 4T25 (vs. R\$ 1.377 milhões no 4T24) e em 2025 foi de R\$ 5.807 milhões (vs. R\$ 4.992 milhões em 2024) explicado, principalmente, pela maior despesa com encargos de dívida em razão do aumento no saldo médio da dívida em relação a 2024, devido às captações direcionadas para Capex, e pelo aumento do CDI acumulado no período (47% da dívida da Companhia está atrelado a esse índice).

Vale destacar que em 2025, a rubrica de variações monetárias e cambiais foi positivamente impactada pelo crédito de R\$ 99 milhões referentes à atualização monetária sobre os débitos tributários, contabilizados no 2T25.

</

NEOENERGIA S.A.

A Companhia também firmou uma parceria com a Honda para desenvolver soluções de hidrogênio verde aplicadas à mobilidade no Brasil. A cooperação será baseada no primeiro posto de abastecimento de hidrogênio verde da Neoenergia, em Brasília, projeto de P&D da Anel com investimento acima de R\$ 30 milhões. O objetivo é acelerar a descarbonização do setor automotivo e avançar rumo a neutralidade de carbono até 2050, meta compartilhada pelas duas empresas.

Por fim, a Companhia também recebeu um empréstimo de 300 milhões de euros da EIB Global para modernizar e expandir a rede da Neoenergia Coelba. Os recursos serão usados para ampliar ligações, automatizar sistemas e levar energia limpa a mais comunidades, especialmente de baixa renda. O acordo foi celebrado durante a COP30 e está alinhado ao Pacto Ecológico UE-Brasil, à estratégia Global Gateway e às metas climáticas do Acordo de Paris. Segundo o BEI e a Neoenergia, o projeto fortalecerá a infraestrutura elétrica do estado e facilitará o acesso seguro e eficiente às energias renováveis.

A atualização do resultado das metas de ESG de 2025 serão divulgadas no relatório de sustentabilidade.

13.2. Inovação
A inovação é a principal estratégia para garantir nossos avanços em sustentabilidade, eficiência e competitividade, sendo esse um processo descentralizado e aberto que se integra a todos os nossos Negócios. Esse esforço é potencializado pela diversidade dos nossos colaboradores e garantido pela ambiciosa organização, que permite o equilíbrio entre atividades rotineiras e iniciativas inovadoras. A partir da estratégia *first to market* (primeiro a chegar ao mercado), exploramos tecnologias emergentes, em consonância com os nossos compromissos de sustentabilidade.

- Nossos esforços de inovação estão estruturados em cinco eixos principais:
- Tecnologias Disruptivas** - Foco no desenvolvimento de novos modelos de negócios e soluções mais eficientes e sustentáveis que otimizem as operações.
- Novos Produtos e Serviços** - Criação de ofertas personalizadas que atendam às necessidades dos clientes.
- Digitalização e Automação** - Uso de tecnologias como Internet das Coisas (IoT), inteligência artificial e big data (análise e interpretação de grandes volumes de dados) e machine learning (aprendizado de máquina) para integrar e otimizar processos.
- Inovação Colaborativa** - Parcerias com startups, universidades e fornecedores para o desenvolvimento de novos modelos de negócios e para impulsionar inovações incrementais e disruptivas.
- Cultura de Inovação** - Fomento a um ambiente que valoriza talentos e práticas inovadoras.

A governança da inovação é reforçada pela plataforma colaborativa Go In, que promove a geração de soluções. Em 2025, a terceira edição do Programa Inovamos resultou em mais de 1.300 ideias, um aumento de 108% em relação a 2024. Em 2025, destinamos R\$ 468,4 milhões em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI), um aumento de 27,5% em relação ao ano anterior. O valor inclui R\$ 168,9 milhões destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e outras regulamentações.

Nos últimos três anos, os projetos regulados pela Anel envolveram mais de 1,2 mil pesquisadores e cerca de 44 parceiros tecnológicos. O detalhamento dos projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação pode ser encontrado em página de PDI (<https://www.neoenergia.com/pesquisa-desenvolvimento-inovacao>).

13.3. Educação e Cultura
Através do Programa Energizar, seguimos com os cursos focados nos pilares do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): saúde, educação e renda em parceria com a Rede Muda Mundo. No ano, disponibilizamos cursos de saúde física, danças, alfabetização de adultos, reforço escolar, línguas, culinária, gastronomia, dentre outros. A novidade em 2025 foi que o programa passou a contar com núcleos de produção nos quais algumas das mulheres formadas nos cursos de renda poderão trabalhar na confecção de seus produtos para venda. Além do espaço, também foi disponibilizado maquinário e capital de giro necessários para iniciar essa produção. Com isso, fortalecemos cada vez mais o empoderamento feminino.

A Neoenergia também atua em diversos projetos com comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, e projetos de educação ambiental nas áreas de atuação de seus negócios de geração, transmissão e distribuição.

Um destaque é o Festival Kizomba integrante do Programa Básico Ambiental Quilombola (PBAQ) da Comunidade Quilombola Sumidouro, localizada na área de concessão do Complexo Edício Otis. O festival é uma celebração regional que visa fortalecer a identidade e o patrimônio cultural (música e dança), promovendo a preservação e a continuidade de suas tradições. O festival é patrocinado pela Neoenergia desde 2024 e, desde então, também fortaleceu o relacionamento da comunidade com a Neoenergia. Com o patrocínio, doamos à comunidade sanfonas, instrumentos musicais tradicionais amplamente utilizados nas festividades locais.

Na esfera cultural, as principais iniciativas da companhia foram conduzidas pelo Instituto Neoenergia, como:

- Programa de Editais Transformando Energia em Cultura, se consolidando como um dos maiores editais de cultura do Brasil, por meio da utilização de leis estaduais e federal, abrangendo Rio Grande do Norte, Bahia, São Paulo/Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Distrito Federal, dirigido para iniciativas voltadas à valorização da rica diversidade cultural brasileira.
- 5ª edição do Prêmio Inspirar, que pela primeira vez teve foco exclusivo em lideranças femininas negras. A iniciativa superou os resultados das edições anteriores, alcançando quase 58 mil votos e registrando aumento de 58% nas inscrições. Com sua potência transformadora, o prêmio engajou comunidades e contribuiu para fortalecer valores que ecoam nos territórios, promovendo impacto social e transformação de realidades. A edição de 2025 foi realizada com recursos da Lei Federal de Incentivo à Cultura.

Caravana Energia da Cultura que consiste em uma série de encontros presenciais de formação com aplicabilidade prática, com o objetivo de aprimorar o conhecimento e as boas práticas na área da cultura, em Mossoró (RN), Feira de Santana (BA), Brasília (Distrito Federal) e Araras (SP), além de oferecer mentorias online para esses líderes, promovendo o intercâmbio entre gestores socioculturais e a formação de uma rede ativa.

Conectar Cultura é uma iniciativa realizada por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), a fim de preservar, fortalecer e difundir o patrimônio cultural imaterial do Recôncavo Baiano, contando também com a participação do meio acadêmico.

13.4. Instituto Neoenergia
O Instituto Neoenergia integra o Investimento Social Privado da companhia e promove ações que fomentam a transformação das pessoas e do planeta nas regiões onde a Neoenergia opera seus negócios. Por meio do desenvolvimento de programas e projetos próprios, além do apoio a iniciativas com uso de leis de incentivo, o Instituto contribui com o desenvolvimento sustentável no Brasil, enfrentando desafios relacionados às questões econômicas, sociais e ambientais. O trabalho é desenvolvido com foco na redução das desigualdades e da melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade, assim como no combate às mudanças climáticas e pela conservação da biodiversidade, por meio de cinco pilares: Formação e Pesquisa, Biodiversidade e Mudanças Climáticas, Arte e Cultura, Ação Social e Colaboração Institucional.

2025 representou um período de crescimento significativo para a organização. O Instituto desenvolveu e apoiou 17 programas e projetos sociais de impacto destacados em seu plano de atuação, com recursos próprios e incentivados. Dentre estes, podemos destacar o Transformando Energia em Cultura, Jogando Juntas e o crédito Ilumina Social, integrados por meio da uma Chamada de Editais bianual. O Instituto apoiou 94 novos projetos realizados com leis de incentivo estaduais e federais e acompanhou 67 iniciativas em execução pelo Núcleo de Acompanhamento de Projeto (NAPS) Cultura, Social e Esporte. Houve o crescimento de 46% em investimento em projetos com recursos incentivados em relação a 2024, utilizando doze leis de incentivo. A ampliação do escopo para contemplar as leis sociais federais e as novas leis de esporte estaduais resultou em um incremento relevante na atuação institucional, possibilitando maior alcance em regiões periféricas e fora dos grandes centros urbanos, promovendo a descentralização de recursos e fortalecendo o compromisso social e inclusivo do desenvolvimento sustentável.

Já com recursos próprios, em 2025 o Programa para Educação reforçou seu compromisso com a educação pública, alcançando 317 escolas e mais de 78 mil pessoas. Com fóruns, seminários e 375 horas formativas, promoveu práticas inovadoras, protagonismo feminino e interiorização, transformando cada conexão em um propósito compartilhado.

Ainda em 2025, o projeto Flyways Brasil, que tem como missão contribuir com a conservação das aves limícolas (que vivem em áreas úmidas, como estuários e lagoas) e seus habitats, na região da Baía Potiguar/RN, celebrou 10 anos de existência. Ao longo desse período, foram realizadas 23 ações (workshops, treinamentos e voluntariado), a iniciativa protegeu 8.500 hectares, monitorou 6.056 aves de 18 espécies, incluindo quatro ameaçadas, e adaptou censos para três habitats principais. Além disso, beneficiou 902 pessoas diretamente, conectando saber técnico e tradicional por meio de cartografia social e educação ambiental. O Observatório das Baixadas consolidou-se como referência na produção de conhecimento e inovação social. Com 16 pesquisas publicadas, quatro tecnologias desenvolvidas e presença ativa na COP30, promoveu autonomia, engajamento comunitário e diálogo técnico, conectando ciência, saber ancestral e justiça climática.

Outro marco do Instituto Neoenergia em 2025, foi a ativação edição do Programa de Iluminação Cultural, contemplando o Museu Histórico Lauro da Escóssia em Mossoró (RN) com a realização da ação de educação patrimonial nas escolas municipais e impactando mais de 240 adolescentes, além da intervenção cultural no dia da inauguração da nova iluminação, que destaca os elementos arquitetônicos desse importante patrimônio da cidade.

Ao longo de 2025, 37 líderes voluntários da Neoenergia declararam um total de 351 horas ao Programa de Aceleração Social Impacto ODS. A participação ativa desses líderes demonstra engajamento com iniciativas que promovem impacto positivo na comunidade e alinhamento com a estratégia de sustentabilidade da companhia.

13.5. Eficiência Energética
O Programa de Eficiência Energética (PEE) do Grupo Neoenergia tem como foco promover o uso eficiente da energia elétrica conforme determina a legislação específica, em particular a Lei 9.991 de 24 de julho de 2000. O investimento total do PEE em 2025 nas cinco distribuidoras foi cerca de R\$ 113 milhões. Entre as ações que merecem destaque em 2025 estão:

- Projetos com ação em comunidades populares com troca de mais de 348 mil lâmpadas por LED para consumidores residenciais baixa renda das 5 distribuidoras, troca de mais de 600 refrigeradores em residências de baixa renda na Bahia e em São Paulo, mais de 50 mil lâmpadas em mais de 800 instituições públicas ou filantrópicas das comunidades da Bahia, além da instalação de 6 sistemas solares fotovoltaico totalizando 10,73 kWp instalado em residências de Santa Rita do Passa Quatro em São Paulo.
- Projeto Vale Luz, que troca resíduos sólidos por desconto na conta de energia, sendo realizadas mais de 2,5 mil toneladas de resíduos com desconto de quase R\$ 1,6 milhão na conta de energia elétrica de cerca de 15 mil consumidores nas 5 distribuidoras.
- Projetos Educativos, prioritariamente em escolas públicas, capacitando mais de 13 mil professores e mais de 240 mil alunos das áreas de concessão das distribuidoras sobre o tema de uso eficiente da energia elétrica, além de mais 60 mil pessoas de público avulso visitando o Museu e Centros de Visitação do Museu e Unidades Móveis Educativas em eventos públicos.
- Projetos de Eficientização de 148 prédios públicos e assistências nas áreas de concessão das distribuidoras, sendo beneficiadas 33 unidades na Bahia, 24 unidades em Pernambuco, 12 unidades no Rio Grande do Norte, 34 unidades em São Paulo e 45 unidades em Brasília, totalizando mais de 65 mil lâmpadas substituídas, instalação de 55 sistemas solares fotovoltaicos, totalizando 5,9 MWp, e instalação de 2 sistemas de armazenamento de energia em hospitais em Salvador e Recife.
- Projetos de Eficientização de Iluminação Pública em 43 municípios das áreas de concessão das 5 distribuidoras, com a substituição de mais de 19 mil pontos de IP por tecnologia LED.
- Projeto de Eficientização de Empresas de Serviços Públicos em 87 unidades com a substituição de 3 conjuntos motor-bomba, troca de 17 mil lâmpadas por LED e instalação de uma usina solar fotovoltaica flutuante no Açude do Xaréu em Fernando de Noronha, totalizando 622,25 kWp, em parceria com a Compesa.

13.6. Pesquisa e Desenvolvimento
Quatro temas estratégicos norteiam o Programa de PDI da Neoenergia: Tecnologias Inteligentes, Eficiência Operacional, Segurança e Sustentabilidade, tendo como objetivo viabilizar o desenvolvimento de tecnologias inovadoras que tragam impactos positivos para os negócios, meio ambiente e para os clientes.

Em 2025, foram investidos R\$ 225,5 milhões no Programa de PDI Neoenergia ANEL, sendo R\$ 56,64 milhões para projetos de PDI das empresas, R\$ 95,00 milhões destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), R\$ 47,09 milhões ao Ministério de Minas e Energia (MME) e R\$ 26,79 milhões destinados à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Seguem alguns destaques do Programa de PDI da Neoenergia, regulado pela ANEEL, no ano de 2025:

- No âmbito de Tecnologias Inteligentes, o Programa de PDI da Neoenergia, investe no desenvolvimento de soluções que melhoram a qualidade do fornecimento de energia, reduzem as perdas e prepara as distribuidoras para enfrentar os desafios relacionados à transição energética, em que se verifica um aumento da inserção dos recursos energéticos distribuídos, como geração fotovoltaica e veículos elétricos.
- Nesse sentido, destacam-se os projetos de desenvolvimento de tecnologia nacional de redes inteligentes, que deram origem à família de produtos GODEL. Este Programa Estruturante inseriu novas soluções tecnológicas aos processos dos negócios das empresas do setor elétrico, tendo como exemplo, o GODEL CONECTA. Esse sistema possibilita que os clientes verifiquem a capacidade do sistema elétrico de média e baixa tensão para conexão da geração distribuída e a nova carga, permitindo a tomada de decisão ou não de obras de reforço na rede. Em 2025 esse produto foi destaque nas vendas para as demais empresas do setor elétrico. Atualmente essa tecnologia está em utilização em 10 distribuidoras do Brasil, além das distribuidoras da Neoenergia. Na vertente da Eficiência Operacional, destacamos os projetos de PDI que aprimoram os serviços de energia elétrica da Neoenergia para atendimento aos clientes. Um grande destaque é o Projeto GODEL PQA-900 que consiste em um equipamento inovador para registro contínuo de parâmetros da qualidade da energia. Além de atender a todos os requisitos dos Procedimentos de Distribuição e normas internacionais, esse equipamento se diferencia dos concorrentes por possuir capacidade para registros de onda contínua, sem perda de informação. Assim, as análises técnicas passam a ser mais assertivas e possibilitam o fornecimento de respostas mais completas aos clientes, consumidores e geradores, sobre a qualidade do fornecimento de energia.
- Ainda na vertente da Eficiência Operacional, destacam-se os projetos de PDI ANEEL:

- Reator de Núcleo Saturado, que tem como objetivo a regulação dinâmica de tensão em redes de distribuição de energia elétrica de média tensão, para cumprimento dos padrões e fornecimento de energia elétrica, estabelecidos pela Agência Reguladora. No ano de 2025, foram instalados os 4 primeiros equipamentos na rede de distribuição da Neoenergia Coelba;
- Aplicação combinada de capacitor série e reator de núcleo saturado para mitigação do colapso de tensão em redes com alta penetração de geração distribuída, com o objetivo de desenvolver e aplicar novas tecnologias para possibilitar às distribuidoras realizar ações mais rápidas;
- Previsão Climática, algoritmo e aplicativo computacional para previsão da evolução da temperatura do ar e da sensação térmica, objetivando projeções mais assertivas do mercado de energia das distribuidoras;
- Torre de Emergência Móvel para reposição emergencial de estruturas em 69kV e/ou 138kV (suspensão e/ou ancoragem) e incluí o desenvolvimento de âncoras nacionais móveis;
- Tirantes, modelos pilotos de novas fundações de Linhas de Transmissão, de 88 kV até 500 kV. Esta tecnologia foi aplicada nas construções de lotes de linhas de transmissão da Neoenergia em 2025;
- Otimização de obras, solução baseada em algoritmos de otimização para planejamento e roteirização de carteira de obras de distribuição;
- Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico - SIASE-T, portal de informações do segmento de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de reestruturar e integrar as bases de dados utilizadas no setor elétrico de MME, EPE, ONS e ANEEL;
- Melhores Práticas para o Segmento de Distribuição em Face de Eventos Climáticos Extremos, incluindo indicadores de resiliência, ações preventivas, recomendações regulatórias, guia de compartilhamento de equipes e uso de tecnologias para monitoramento climático;
- SPIN, plataforma com inteligência artificial para auxiliar na tomada de decisão, correlacionando dados da rede elétrica com variáveis climáticas. A solução oferece uma análise criteriosa de vulnerabilidade dinâmica por região, com 8 horas de antecedência (*nowcasting*).

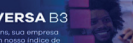
Na vertente de Segurança, o projeto Sensor de Proximidade consiste em um equipamento eletrônico capaz de processar informações provenientes de diversos sensores instalados no cesto aéreo dos caminhões de linha viva, tais como sensores de campo elétrico, ultrassom, corrente de fuga e "Lidar", objetivando a mitigação de acidentes elétricos com equipes de campo, causados principalmente por aproximação às fases em trabalhos realizados com linha viva em redes de 69 kV. O projeto Smart Safety Eye consiste em um sistema com inteligência artificial para a identificação de ações inadequadas pelas equipes de campo. Na vertente de Sustentabilidade, destaca-se o projeto Corredor Verde, que implementou ampla infraestrutura de recarga de veículos elétricos na região nordeste com 17 estações de recarga instaladas, estabelecendo o primeiro corredor elétrico com 1.200 km de extensão entre Salvador (BA) e Natal (RN). Essa infraestrutura elétrica possibilita a recarga do serviço de recarga de veículos elétricos, de forma pioneira no Brasil. A infraestrutura do Corredor Verde está em operação desde 2022, sendo amplamente utilizada, registrando mais de 9 mil usuários e 57 mil recargas realizadas. Esse volume de utilização tem gerado receitas para a Neoenergia e consolidado a relevância dessa infraestrutura, que se mantém plenamente operacional e impulsiona a expansão da mobilidade elétrica na região.

14. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS DO GRUPO NEOENERGIA


As ações do Grupo Neoenergia são pautadas na busca constante por qualidade e eficiência, cujos resultados são evidenciados a partir das premiações e reconhecimentos conquistados ao longo dos anos. A seguir, os principais destaques de 2025:



Conquistamos o quarto lugar no ranking geral da 20ª carteira do **Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3)**, que reúne empresas com as melhores práticas em aspectos socioambientais e de governança. No setor elétrico, detemos a liderança.




Integramos o **IDiversa**, índice da bolsa brasileira que reúne 83 empresas que se destacam em diversidade.



Integramos a carteira 2026 do **Índice Carbono Eficiente (ICO2)**, da B3, que reúne ações de 65 empresas com menores coeficientes de emissões de gases de efeito estufa, pela adoção de práticas de gestão e publicação de inventário de emissões.



Por dois anos consecutivos, a Neoenergia é certificada como uma das melhores empresas para se trabalhar no ranking nacional do **Great Place to Work**. O GPWTW é conhecido globalmente pela avaliação do nível de satisfação do ambiente de trabalho entre funcionários.




A Neoenergia conquistou oito troféus no **Prêmio Abradee 2025**. A Neoenergia Cosern foi reconhecida como a melhor distribuidora do Brasil e como a melhor do Nordeste. A Neoenergia Elektro ganhou como a melhor concessionária do Sudeste. A Neoenergia Brasília ganhou o primeiro lugar na categoria Evolução do Desempenho.

17.2. Conciliação do Negócios de Geração e Clientes (Nota 4.1)


DRE SEGMENTO (R\$ MM)	Geração de Energia e Clientes			Geração de Energia e Clientes			Geração de Energia e Clientes			Geração de Energia e Clientes		
	Renováveis¹	Liberalizado²	2025	Renováveis¹	Liberalizado²	4T25	Renováveis¹	Liberalizado²	2024	Renováveis¹	Liberalizado²	4T24
Receita Operacional Líquida, ajustada	573	522	1.095	2.305	1.942	4.247	604	467	1.071	2.217	2.042	4.259
Custo dos Serviços	(183)	(492)	(675)	(714)	(1.809)	(2.523)	(97)	(441)	(538)	(428)	(1.760)	(2.188)
MARGEM BRUTA	390	30	420	1.591	133	1.724	507	26	533	1.789	282	2.071
Despesa Operacional	(82)	(18)	(100)	(356)	(66)	(422)	(97)	(32)	(129)	(369)	(95)	(464)
Perdas de crédito esperadas	-	-	-	-	(1)	(1)	-	(1)	(1)	-	-	-
(+) Equivalência Patrimonial / AJ, a Valor Justo	3	(1)	2	14	(2)	12	(367)	-	(367)	(357)	-	(357)
EBITDA	311	11	322	1.249	64	1.313	43	(7)	36	1.063	187	1.250
(+) Depreciação e Amortização	(131)	(10)	(141)	(424)	(39)	(463)	(110)	(9)	(119)	(421)	(52)	(473)
(+) Resultado Financeiro, líquido	55	3	58	157	22	35	46	5	(41)	(200)	15	(185)
(+) Tributos sobre o lucro	(39)	6	(33)	(153)	(3)	(156)	123	6	129	10	(14)	(4)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	196	10	206	615	44	659	10	(6)	5	452	136	588

¹ Hydro, Solar and Wind
² Termpernambuco, NC Energia and Neoserv


DISCLAIMER
Este documento foi preparado pela NEOENERGIA S.A. visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da NEOENERGIA e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da NEOENERGIA.
A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da NEOENERGIA sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.
Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Demonstrações Financeiras.
Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (ri.neoenergia.com)



A Neoenergia é destaque no **Ranking Valor 1000**, publicação do Valor Econômico em parceria com a FGV e a Serasa Experian. Este é o segundo ano consecutivo que a Neoenergia é mantida como líder do setor elétrico no ranking das maiores empresas do Brasil.




A Neoenergia conquistou, pela segunda vez consecutiva, a certificação **Top Employer 2026**. A empresa foi reconhecida internacionalmente pela excelência de suas práticas de gestão de pessoas e por sua contribuição para o desenvolvimento pessoal e profissional de seus colaboradores.




A Neoenergia foi reconhecida no **Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente 2025**, na categoria Energia Elétrica, pelo compromisso com uma jornada de atendimento omnicanal cada vez mais acessível, integrada e acolhedora. A premiação, organizada pelo CX Brain, avalia as empresas em dimensões estratégicas como tecnologia, gestão, inovação e experiência do cliente.




A Neoenergia conquistou o **Prêmio Conarec 2025**, na categoria Energia e Utilities, o mais importante reconhecimento do mercado brasileiro de Customer Experience. A premiação valoriza empresas que se destacam em inovação, tecnologia e atendimento centrado no cliente.



A Neoenergia está presente no ranking **Melhores e Maiores da Revista Exame**, tradicional premiação de economia e negócios do Brasil. Realizada desde 1974, a iniciativa analisa e reconhece empresas de capital aberto ou com dados públicos.




A Neoenergia conquistou o **Prêmio Latam 2025** com a iniciativa Voz do Cliente 360°, uma abordagem integrada para aprimorar a experiência dos consumidores com a marca. O projeto visa liderar uma mudança na área de experiência do cliente, impulsionada por Inteligência Artificial (IA) Generativa. O Prêmio LATAM reconhece a excelência em diversas áreas, incluindo experiência do cliente, inovação, e sustentabilidade.




A Neoenergia foi duplamente reconhecida no **Prêmio SMART 2025**. A empresa levou Ouro com o case **"Antecipar o Motivo de Contato"** - que modificou a experiência no Call Center, aumentando a eficácia e a satisfação do atendimento - e Prata com o case **"Nosso Jeito Neoenergia"**, uma jornada de transformação construída por colaboradores e líderes, que definiu seis pilares estratégicos para guiar a companhia.



A Escola de Eleticistas Neoenergia foi reconhecida como um exemplo global de "Diversidade, Equidade e Inclusão" pelo **Fórum Econômico Mundial** pela criação de turmas exclusivas para mulheres no Brasil. A iniciativa é referência em inclusão feminina no setor elétrico e já formou mais de 1.000 mulheres no país.




O Programa Potencialize foi reconhecido no **Pacto Global Rede Brasil** como uma boa prática pela igualdade de oportunidades. Escolhido no âmbito do Movimento Raça é Prioridade, o programa oferece aos colaboradores pretos e pardos um impulso para sua carreira.




Fomos reconhecidos como a terceira empresa mais inovadora no setor de energia e 50ª no ranking geral no **Prêmio Valor Inovação**, realizado pelo jornal Valor Econômico, em parceria com a Strategy&, consultoria estratégica da PwC, que traz o ranking das 150 companhias que mais se destacaram no ano.



Nosso desempenho no manteve globalmente entre as empresas líderes em sustentabilidade pelo sétimo ano consecutivo no ranking elaborado pela S&P, reafirmando nosso compromisso com a transparência e com práticas ambientais, sociais e de governança de excelência.



Pelo sétimo ano consecutivo, integramos um dos mais prestigiados índices internacionais de sustentabilidade, o FTSE4Good Index Series, avaliado pela Financial Times Stock Exchange (FTSE) Russell, divisão da Bolsa de Valores de Londres.



Somos uma Empresa "A List" nos cadernos de Clima e Segurança Hídrica. Pelo segundo ano consecutivo em Clima e, pela primeira vez, em Segurança Hídrica.

15. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, a Companhia declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte"), com vigência até a data base de 31/12/2026.

Em 2025, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 7.978.177,25, dos quais R\$ 6.661.498,44 referem-se à auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais) e R\$ 1.316.678,81 referem-se a outros serviços relacionados à auditoria, tais como revisão da tradução dos demonstrativos para inglês, relatório de asseguração limitada sobre Covenants, revisão das projeções dos fluxos de caixa para fins de pagamento de dividendos, auditoria de demonstrações regulatórias e procedimentos previamente acordados sobre relatório controle patrimonial, relatório de asseguração limitada do Relatório Anual de Sustentabilidade e Relatório Integrado e relatório de asseguração razoável sobre a compilação de informações financeiras Pro Forma.

A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

16. BALANÇO SOCIAL

Nosso desempenho em aspectos ambientais, sociais, econômicos e de governança é relatado anualmente desde 2004. Em 2010, passamos a seguir as normas da Global Reporting Initiative (GRI) e, a partir de 2020, incorporamos os padrões do Sustainability Accounting Standards Board (SASB) e as recomendações do Dow Jones Sustainability Index (DJSI). Em 2021, incluímos as diretrizes da Task Force on Climate-Related Financial Disclosure (TCFD), cujas recomendações foram integradas aos padrões do International Sustainability Standards Board (ISSB) em 2023. Essas normas serão obrigatórias no Brasil para empresas de capital aberto para os relatórios referentes ao ano de 2026, em atendimento à Resolução 193 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O Relatório de Sustentabilidade da empresa é divulgado o site da companhia (www.neoenergia.com) e o documento referente ao ano de 2025 será publicado até 30 de abril de 2026.

17. NOTA DE CONCILIAÇÃO

A Neoenergia apresenta os resultados do 4T25 e 2025 a partir de análises gerenciais que a administração entende traduzir da melhor forma o negócio da companhia, conciliada com os padrões internacionais de demonstrações financeiras intermediárias (International Financial Reporting Standards - IFRS).

Memória de Cálculo (CONSOLIDADO)	Ano atual		Ano anterior		Correspondência nas Notas Explicativas
	4T25	2025	4T24	2024	
(+) Receita líquida	14.007	52.663	13.630	48.993	Demonstrações de resultado
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(214)	(1.596)	(582)	(1.504)	Nota 5
(-) Outras receitas	(285)	(1.038)	(250)	(974)	Nota 5
(+) Ganho/perda na RAP	(2)	39	(6)	(18)	Nota 5.4
(+) Penalidades contratuais e regulatórias	(8)	(86)	0	0	Nota 5.4
(+) Receita de operação e manutenção	45	176	37	156	Nota 5.4
(+) Operações fotovoltaicas	0	0	2	3	Nota 5.4
(+) Outras receitas - Outras receitas	6	12	13	24	Nota 5.4
= RECEITA Operacional Líquida	13.549	50.140	12.844	46.860	
(+) Custos com energia elétrica	(6.266)	(22.691)	(5.778)	(20.808)	Demonstrações de resultado
(+) Combustível para produção de energia	(37)	(119)	(38)	(219)	Nota 8
(+) Custos de construção	(2.388)	(9.936)	(2.888)	(9.538)	Demonstrações de resultado
(+) Operações fotovoltaicas	(6)	(11)	(2)	(9)	Nota 8
= Custo com Energia	(8.697)	(32.757)	(8.706)	(30.566)	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	214	1.596	582	1.504	Nota 5
= MARGEM BRUTA	5.066				

NEOENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional, líquida	5	52.633	49.993	4	5
Custos		(38.302)	(35.896)	-	-
Custos com energia elétrica	6	(22.691)	(20.800)	-	-
Custos de construção	7	(9.936)	(9.538)	-	-
Custos de operação	8	(5.675)	(5.558)	-	-
Lucro bruto	14.331	13.997	4	5	
Perda de crédito esperadas	12.2	(560)	(552)	-	-
Despesas com vendas	8	(371)	(286)	-	-
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	8	(2.296)	(2.249)	(338)	(306)
Ajuste a valor justo/valor recuperável - Impairment	15	98	(277)	98	(277)
Equivalência Patrimonial	15	69	(32)	5.395	4.351
Lucro operacional	11.271	9.701	5.159	3.773	
Resultado financeiro	9	(5.807)	(4.992)	(128)	(137)
Receitas financeiras		1.271	1.214	577	491
Despesas financeiras		(6.360)	(5.250)	(409)	(378)
Outros resultados financeiros, líquidos		(718)	(956)	(296)	(250)
Lucro antes dos tributos	5.464	4.709	5.031	3.636	
Tributos sobre o lucro	10.1.1	(178)	(671)	-	-
Corrente		(178)	(671)	-	-
Diferido		(229)	(356)	-	-
Lucro líquido do exercício	5.057	3.682	5.031	3.636	

Atribuído à: Acionistas controladores 5.031 3.635 5.031 3.636; Acionistas não controladores 26 47 - -; Lucro básico e diluído por ação do capital - R\$: 23.2 4.14 2.99 4.14 3.00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhões de reais)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	11	8.453	7.730	1.719	1.525
Contas a receber de clientes e outros	12	10.484	9.663	-	-
Títulos e valores mobiliários	8	616	96	275	-
Instrumentos financeiros derivativos	19.3	114	777	-	1
Tributos sobre o lucro a recuperar	10.1.3	584	404	298	255
Outros tributos a recuperar	10.2.1	1.370	1.246	1	1
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	15	29	7	658	711
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	13	206	-	-	-
Concessão do serviço público (ativo contratual)	14.2	1.432	912	-	-
Outros ativos circulantes		1.589	1.468	974	640
		24.877	22.303	3.925	3.133
Ativos não circulantes mantidos para a venda	15.3	2.861	2.592	2.096	1.297
Total do circulante	27.738	24.895	6.021	4.430	
Não circulante					
Contas a receber de clientes e outros	12	443	463	-	-
Títulos e valores mobiliários		505	559	-	121
Instrumentos financeiros derivativos	19.3	341	911	93	337
Tributos sobre o lucro a recuperar	10.1.3	392	303	-	-
Outros tributos a recuperar	10.2.1	2.507	2.860	-	-
Tributos sobre o lucro diferidos	10.1.2	1.402	1.087	-	-
Depósitos Judiciais	20.1	2.036	1.779	74	72
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	14.1	32.993	33.806	-	-
Concessão do serviço público (ativo contratual)	14.2	23.483	17.689	-	-
Outros ativos não circulantes		75	87	61	1
Investimentos em controladas, coligadas e joint ventures	15	2.042	1.837	36.963	34.222
Direito de uso		209	206	2	3
Imobilizado	16	8.917	10.490	54	46
Intangível	17	16.195	12.569	2	5
		91.540	84.646	37.249	34.807
Total do ativo	119.278	109.541	43.270	39.237	

Atribuído à: Acionistas controladores 5.031 3.635 5.031 3.636; Acionistas não controladores 26 47 - -; Lucro básico e diluído por ação do capital - R\$: 23.2 4.14 2.99 4.14 3.00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhões de reais)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício		5.057	3.682	5.031	3.636
Outros resultados abrangentes		(72)	181	-	-
Obrigações com benefícios à empregados		3	(5)	-	-
Hedge de fluxo de caixa		23	(60)	-	-
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes		-	-	(45)	117
Equivalência Patrimonial		-	-	(45)	117
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	(46)	116	(45)	117	
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	154	145	154	145	
Resultado abrangente do exercício	5.211	3.827	5.185	3.781	
Atribuído à:		5.185	3.780	5.185	3.781
Acionistas controladores		26	47	-	-
Acionistas não controladores		-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhões de reais)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Receitas		72.612	67.371	4	5
Vendas de energia, serviços e outros		487	436	-	-
Receita de construção de ativos próprios		100	92	-	-
Perda de crédito esperada		(560)	(552)	-	-
Subtotal	72.639	67.347	4	5	
Insuamos adquiridos de terceiros		(18.988)	(16.737)	-	-
Energia elétrica comprada para revenda		(6.017)	(6.254)	-	-
Material, serviços de terceiros e outros		(12.137)	(11.649)	(261)	(214)
Impairment e baixa de ativos não circulantes, líquidos		(133)	(491)	98	(277)
Matérias-primas consumidas		(130)	(220)	-	-
Subtotal	(37.405)	(35.351)	(163)	(491)	
Valor adicionado bruto	(35.234)	(31.996)	(159)	(486)	
Depreciação e amortização		(3.081)	(2.872)	(208)	(215)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	32.153	29.124	(367)	(701)	
Valor adicionado recebido em transferência		69	(32)	5.597	4.556
Equivalência patrimonial		5.730	6.124	1.455	1.565
Receitas financeiras		5.799	6.092	7.052	6.121
Subtotal	37.952	35.216	6.685	5.420	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhões de reais)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		5.057	3.682	5.031	3.636
Ajustado por:		3.081	2.872	209	215
Depreciação e amortização		172	231	-	-
Equivalência Patrimonial		(98)	32	(5.986)	(4.556)
Ajuste a valor justo/valor recuperável - Impairment		407	1.027	-	-
Tributos sobre o lucro		5.807	4.992	128	137
Resultado financeiro, líquido		(1.596)	(1.504)	-	-
A Alterações no capital de giro:		(505)	(166)	-	-
Contas a receber de clientes e outros		(4.712)	(5.100)	-	-
Concessão do serviço público (Ativo contratual - Transmissão)		644	(413)	6	13
Fornecedores, contas a pagar de empreiteiros e contratos de convênio		(107)	(99)	(22)	18
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)		(1.403)	1.155	-	-
Outros tributos a recuperar (recoller) e encargos setoriais, líquidos		115	158	(55)	(24)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais		(203)	(426)	1	-
Outros ativos e passivos, líquidos		(119)	130	361	341
Caixa gerado (consumido) nas operações	6.271	6.842	(37)	87	
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos		106	73	4.739	4.334
Encargos de dívidas pagas		(4.047)	(3.330)	(191)	(196)
Instrumentos derivativos pagos, líquidos		(1.138)	(901)	(242)	(189)
Rendimento de aplicação financeira		920	883	116	112
Pagamento de juros - Arrendamentos		(34)	(29)	-	-
Tributos sobre o lucro pagos		(355)	(355)	(3)	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais	1.923	3.242	4.383	3.918	
Fluxo de caixa das atividades de investimento		1.050	-	1.050	-
Alienação Controlada - Geração Céu Azul S.A. (nota 15.3)		1.050	-	-	-
Alienação de participação acionária - Neoenergia Itabapoana (nota 15.3)		115	-	115	-
Antecipação de caixa para alienação de investimento (nota 15.3)		275	-	275	-
Reclassificação do caixa dos ativos não circulante mantido para venda		(62)	(84)	-	-
Aquisição de imobilizado e intangível		(339)	(229)	(13)	(17)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício		723	282	194	380
Resgate de ações em investidas		-	198	-	198
Concessão serviço público (Ativo contratual - Distribuição)		(7.171)	(5.608)	-	-
Aplicação de títulos e valores mobiliários		(1.462)	(770)	(275)	(267)
Resgate de títulos e valores mobiliários		1.053	767	122	268
Muitos com coligadas recebidos (aplicados)		-	-	(255)	(521)
Caixa (consumido) nas atividades de investimentos	(6.544)	(5.819)	(3.046)	(2.269)	
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	5.344	2.889	(1.143)	(1.269)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.730	7.448	1.525	1.145	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.453	7.730	1.719	1.525	
Transações que não envolvem caixa:		107	79	-	-
Juros e encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível		71	72	-	-
Contratos de arrendamento - IFRS 16		27	43	-	-
Adição de obrigações especiais		6	(12)	-	-
Fornecedores, contas a pagar de empreiteiros e contratos de convênio		227	302	-	-
Adição e atualização de provisões capitalizadas		-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhões de reais)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Capital e ações		16.920	116	(1.787)	-
Reserva de Lucros		-	-	154	-
Reserva de Lucros a Realizar		-	-	-	5.031
Lucros aos acionistas controladores		-	-	-	154
Atribuídos aos acionistas controladores		-	-	-	32.638
Atribuídos aos acionistas não controladores		-	-	-	109
Total		16.920	116	(1.787)	32.747

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Neoenergia S.A. (Controladora) com sede na Praia do Flamengo, 78 - 3º andar - Flamengo - Rio de Janeiro - RJ, é uma sociedade por ações de capital aberto, (NEOE3) com ações admitidas à negociação no mercado de ações da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3), no segmento Novo Mercado, Bolsa, Balcão constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades. A Neoenergia S.A. e suas controladas diretas e indiretas (Companhia ou Grupo) são dedicadas primariamente às atividades de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica, representada em três segmentos estratégicos de atuação (i) Redes, (ii) Renováveis e (iii) Liberalizados.

1.1. Concessões do Serviço Público e Autorizações de serviços de energia elétrica

A Companhia possui total direito de determinar as políticas operacionais e financeiras dos ativos que estão sob o escopo dos contratos de concessão e/ou autorização de serviços públicos. As políticas operacionais e financeiras abarcam medidas relativas a investimento de capital, pessoal e tecnologia. Em regra, este direito está limitado somente às vedações previstas nos contratos assinados junto ao poder concedente, legislação ou ato infra legal específico do setor de energia elétrica emitidos pelo Poder Concedente e/ou pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

Por fim, o termo aditivo também trouxe alterações relacionadas à continuidade do fornecimento, com a introdução de critérios de caducidade mais rigorosos. Adicionalmente, foi prevista a possibilidade de a ANEEL estabelecer novos indicadores, desde que respeitado o rito regulatório prévio.

Distribuição

Empresa	Estado	Data de Concessão	Data de Vencimento	Número de Municípios	Ciclo tarifário	Última revisão
Neoenergia Coelba	Bahia	08/08/1997	08/08/2027	415	5 anos	2023
Neoenergia Cosern	Rio Grande do Norte	31/12/1997	31/12/2027	167	5 anos	2023
Neoenergia Elektro						

1.2.1 Riscos Financeiros e Mercado

As Diretrizes e Limites de Riscos Financeiros se aplicam a todos os negócios que integram a Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco de liquidez e risco de solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas da Neoenergia e de suas controladas.

As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de hedge;
- O risco de câmbio e de commodities deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-derivados com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto a composição de índices de juros e de emunemntes de suas operações;
- A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de hedge, assim como não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" ou "alavancados".

A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de câmbio	Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL	Operações de swap e a termo
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Passivos atuariais, empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a SOFR e CDI.	Operações de swap, gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de commodities metálicas e energia elétrica, e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes às projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos e fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos covenants financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das Diretrizes de Riscos Financeiros e de Crédito.

Risco de taxa de câmbio
A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2025, operações de hedge cambial para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de hedge cambial estão descritas na nota 25.7.

Risco de taxas de juros e índices de preços
Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externo (ex: CDI, TJLP, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros devidos em operações de hedge cambial e oferta de títulos de dívida em concessões que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

A Companhia monitora continuamente as taxas mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de hedge de taxas de juros são descritas na nota 25.7.

Risco de preço de commodities
Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das commodities que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais.

Commodities metálicas: variações nos preços de commodities metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de infraestrutura, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia.

Commodities energéticas – Energia elétrica: os preços das commodities energéticas são influenciados por fatores específicos de geração de energia elétrica como oferta e demanda, oferta e demanda de gás, recursos eólicos e solares, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de commodities energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor. A gestão do risco de preço de energia é realizada na análise da sobrecontratação de energia das distribuidoras, na cobertura de lastro da energia comercializada e na venda da energia ao cliente final.

Risco de liquidez
O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos vencimentos. A gestão financeira adota o princípio de hedge cambial constante na mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Companhia gerencia o risco de liquidez alocando o excedente de caixa em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras de país (veja nota 19.2), além da capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos.

Em 31 de dezembro 2025, a Companhia mantém recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivos instrumentos derivativos (veja nota 19.3).

Risco de solvência
O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de covenants financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (rating), no custo da dívida e na liquidez.

A Administração gerencia o risco de solvência por meio do monitoramento contínuo da estrutura de capital, adotando uma abordagem prospectiva que considera a continuidade das operações. Esse processo envolve a avaliação e a sensibilização de todos os riscos materiais ou potenciais que possam impactar a estrutura de capital definida e aprovada no plano estratégico da Companhia.

1.2.2 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes.

Risco de crédito de contrapartes comerciais
O risco de crédito decorre de operações resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites.

Risco de crédito de instituições financeiras
Para as operações envolvendo caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Diretriz de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuem boa qualidade de crédito (rating). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2025.

Rating do longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	AAA	AAA
Banco do Nordeste	AA	AA+	AAA
Banco Pine	A	A+	-
Bank of America	-	-	AAA
BNDES	AAA	AAA	AAA
BNP Paribas	AAA	AAA	AAA
Braesc	AAA	AAA	AAA
BRB Banco de Brasília	BBB-	BBB-	CCC
Caixa Econômica Federal	AAA	AAA	AAA
Citibank	-	-	AAA
Goldman Sachs	-	-	AAA
HSBC	AAA	AAA	-
Itaú	AAA	AAA	AAA
JP Morgan	A	A	A
Mitsubishi UFJ	AAA	AAA	-
Morgan Stanley	-	-	AAA
Safra	AAA	AAA	-
Santander	AAA	AAA	-
Scotiabank	AAA	AAA	-
Sumitomo Mitsui	AAA	AAA	AAA
Votorantim	AA+	-	AAA

(1) Mitsubishi Bank - MUFG possui rating somente em escala global.

1.2.3 Risco regulatório

A Companhia está sujeita a aplicação de penalidades regulatórias caso ocorra descumprimento das obrigações inseridas nas cláusulas do contrato de concessão e nas resoluções emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Os procedimentos, parâmetros e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia elétrica e às diretrizes gerais da fiscalização da Agência, estão previstos na Resolução Normativa nº 848/2019, podendo a multa atingir até 2% da receita operacional líquida da Companhia, a depender da infração cometida.

Equilíbrio Econômico-Financeiro das Concessões
Conforme definido na Lei nº 8.987/1995, o equilíbrio da concessão ocorre quando atendidas as condições previstas no contrato de concessão. No contrato foram estabelecidos os mecanismos de alteração das tarifas, que são o reajuste tarifário anual, a revisão tarifária periódica e a revisão tarifária extraordinária. Para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, a ANEEL calcula e autoriza a aplicação de novas tarifas, resultantes de revisão ou de reajuste, nas condições do respectivo contrato.

Nos processos tarifários, são apurados pela ANEEL os valores das CVA's (Conta de compensação de variação de valores de itens da Parcela A) que cobrem a parte econômica das diferenças de preços da Parcela A (energia, transporte e encargos setoriais), frente a cobertura tarifária estabelecida pela ANEEL no processo tarifário anterior. Havendo possibilidade de desequilíbrio, está previsto também no contrato de concessão o direito à uma RTE (revisão tarifária extraordinária). Porém, o reconhecimento de algum desequilíbrio e a realização da RTE depende do atendimento a uma série de requisitos previstos no PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária).

O serviço de distribuição é regulado pelo modelo de Price Cap (caracterizado pela regulação por incentivo) baseado em regras econômicas (custos operacionais eficientes, remuneração adequada, entre outras) definidas na revisão tarifária e atualizadas nos reajustes tarifários cuja finalidade é reproduzir o desempenho das empresas reguladas os resultados que seriam obtidos em mercados competitivos, destacando a eficiência na prestação e na gestão do serviço. Dessa forma, tais riscos relacionados à eficiência na prestação e na gestão do serviço são assumidos pelas distribuidoras. Adicionalmente, as variações de mercado também são riscos das distribuidoras.

A ANEEL, no exercício de suas funções, possui poder discricionário na definição e aferição dos parâmetros que são utilizados para a definição das tarifas, tais como: níveis regulatórios dos custos operacionais, taxa de remuneração do capital (WACC), Fator X, Base de Remuneração, Índice de Perdas, Indicadores de Qualidade e Eficiência do fornecimento, dentre outros. Esses parâmetros podem ter suas metodologias revistas ou serem definidos em patamares desfavoráveis para a Companhia, afetando negativamente as receitas originalmente previstas.

Indicadores de Sustentabilidade Econômica e Financeira
As Distribuidoras devem preservar, seja por previsão específica em seus Contratos de Concessão ou pelas disposições gerais do Anexo VII da Resolução Normativa nº 948/2021, esta última com vigência desde 2022, as condições de Sustentabilidade Econômica e Financeira na eficiência da gestão de seus custos, endividamento, investimentos, além da responsabilidade no pagamento de tributos e na distribuição de proventos.

Tal condição é mensurada anualmente pela ANEEL por meio de indicadores baseados na Dívida Líquida líquida, no EBITDA ajustado por parâmetros regulatórios, na quota de reintegração regulatória e no nível da taxa de juros SELIC. O descumprimento desses indicadores pode levar à regime de restrições na celebração de negócios entre partes relacionadas, limitação do pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, necessidade de aporte de capital pelos sócios controladores e, em casos de reincidência ou descumprimento de metas específicas, abertura do processo administrativo punitivo voltado à aplicação da caducidade da concessão.

A Superintendência de Fiscalização Econômica, Financeira e de Mercado - SFF da ANEEL, identificou indicação de descumprimento dos indicadores de sustentabilidade econômico-financeira da controlada Neoenergia Brasília referente ao ano-base de 2023. Apesar das manifestações apresentadas pela Abradee e pela Companhia, solicitando ajustes metodológicos e a exclusão de eventos não recorrentes, a ANEEL manteve, em decisão de 11 de novembro de 2025, a necessidade de aporte de capital para atendimento ao critério regulatório. Em cumprimento à deliberação, a controladora Neoenergia S.A. realizou, em 13 de novembro de 2025, aporte de capital no valor de R\$ 1.148, devidamente aprovado em AGEZ. Desta forma, a controlada Neoenergia Brasília encontra-se adimplente em relação ao cumprimento dos indicadores de sustentabilidade econômico-financeiro de 2023.

Os indicadores de sustentabilidade são apurados a partir dos dados econômico-financeiros referenciados da Contabilidade Regulatória, disponíveis para avaliação. Até o momento, as distribuidoras da Companhia vêm cumprindo todos os indicadores relevantes.

Indicadores de Continuidade do Fornecedor
A ANEEL, ao analisar a eficiência com relação à continuidade do fornecimento das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo mensurado mediante a aplicação, a cada ano civil, dos indicadores de continuidade coletivos DEC - Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna obrigatória a apresentação de um plano de resultados, em caso de descumprimento do indicador no primeiro ano, limitar o pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, em caso de descumprimento por dois anos consecutivos ou por três anos dentro dos últimos cinco anos de apuração. Em caso de reincidência, o regulador também pode abrir processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão.

Documentos assinados digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001 que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 12/02/2026
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/02/12/NEOENERGIA1587619412022026.pdf
Hash:177085404121ec37b88a24da6b579b36eb715dc3c

NEOENERGIA S.A.

1.2.4. Risco associados à geração de energia

A energia comercializada pelo negócio de Geração depende das condições hidrológicas dos reservatórios e variações do recurso solar e eólico, impactado por condições climáticas. Além da variabilidade do recurso, a Companhia pode estar exposta a riscos associados à redução da geração decorrente de eventos por curtailment (restrições de geração por fatores externos) e indisponibilidade operacional, que podem comprometer as projeções de geração do negócio.

Períodos prolongados de escassez de chuva podem resultar na redução do volume de água dos reservatórios, reduzindo a geração hidrelétrica. A mitigação desse risco para as usinas hidrelétricas se dá pelo MRE, mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN. Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico.

A Companhia dispõe de ativos de geração que proporcionam diversificação dos recursos e complementariedade na sazonalidade, contribuindo para uma gestão mais eficiente do portfólio.

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada
Risco Operacional (1)	31/05/2025 a 31/05/2026	R\$ 3.400
Terrorismo	01/06/2026 a 01/06/2027	R\$ 227
	08/10/2024 a 31/05/2027	R\$ 44
Responsabilidade Civil Geral (2)	31/05/2025 a 31/05/2026	R\$ 257
D&O	01/06/2025 a 01/06/2026	R\$ 150
	31/05/2025 a 31/05/2026	R\$ 71
Empresarial	31/05/2025 a 31/05/2026	R\$ 69
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2025 a 31/05/2026	R\$ 36
Cibersegurança	01/06/2025 a 01/06/2026	R\$ 32
Transporte Nacional - Distribuidoras e Diesel	01/06/2025 a 08/10/2028	R\$ 10
Veículos – Executivo e Operacional	31/05/2024 a 31/05/2026	100% FIPE/RFC-V R\$ 1
Equipamentos (3)	30/06/2025 a 26/12/2026	Valor Equipamento

(1) Risco operacional das substatações, usinas, parques eólicos e fotovoltaicos.
(2) Responsabilidade civil geral de todos os segmentos do Grupo Neoenergia.
(3) Equipamentos portáteis de medição e carregadores veículos elétricos.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia (demonstrações financeiras) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (impairment) de ativos; e (iii) valor justo dos ativos não circulantes classificados como mantidos para venda.

As transações com partes relacionadas e operações em moeda estrangeira são registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

2.2. Políticas contábeis materiais e estimativas críticas
As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis materiais são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, cuja finalidade está apresentada nas seguintes notas:

2.3. Políticas contábeis materiais e estimativas críticas
As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis materiais são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, cuja finalidade está apresentada nas seguintes notas:

2.4. Uso de estimativas e julgamentos
A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo reavaliadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas:

2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes
Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/OPCC 10: Créditos de Carbono (CO2e), Permissões de emissão (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBOI).	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (CO2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBOI) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva

A Companhia não identificou impactos relevantes na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2026:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos ao investimento em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18 (CPC 51): Apresentação e mensuração de demonstrações financeiras	A nova introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – e amortizações, emitidas pela Controladora e repassadas para as subsidiárias, através de aumento de capital, para financiamento da construção de parques eólicos. Além disso, as entidades devem apresentar resultados e ex-ge que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige a divulgação de informações significativas, incluindo medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente tornará as informações auditadas. A IFRS 18 (CPC 51) substituirá a IAS 1 (CPC 26): Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva

A Companhia espera impactos substanciais na apresentação da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18 (CPC 51). A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este normativo em suas demonstrações financeiras.

Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a necessidade de alterações em suas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, em 31 de março de 2025, a CVM publicou a Resolução nº 227, que determina que as companhias abertas passem a elaborar e divulgar, de forma separada, um relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Esse relatório deverá observar os padrões internacionais estabelecidos nas normas IFRS S1 e IFRS S2, emitidas pelo International Sustainability Standards Board (ISSB). Essas normas foram traduzidas e emitidas no Brasil pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), sob os Pronunciamentos CBPS 01 e CBPS 02.

3. CONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A conciliação do lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Neoenergia S.A. entre as demonstrações financeiras consolidadas e individuais, estão apresentados como segue:

	Lucro líquido	Patrimônio líquido	2025	2024
Controladora	5.031	6.336	36.370	32.554
Capitalização encargos financeiros, líquidos (1)	(4)	(2)	81	85
Outros	94	1.279	404	1
Consolidado	5.031	6.335	36.451	32.638

(1) Capitalização de encargos financeiros de empréstimos e financiamentos, líquida dos tributos diferidos e da receita bruta inter-segmentos.

Este relatório deverá observar os padrões internacionais estabelecidos nas normas IFRS S1 e IFRS S2, emitidas pelo International Sustainability Standards Board (ISSB). Essas normas foram traduzidas e emitidas no Brasil pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), sob os Pronunciamentos CBPS 01 e CBPS 02.

4. INFORMACÃO POR SEGMENTO

A Companhia opera os seguintes segmentos reportáveis: Redes, Renováveis, Liberalizados e Outros. Os segmentos foram definidos com base nos produtos e serviços prestados e refletem a estrutura utilizada pela Administração para avaliar o desempenho da Companhia no curso normal de suas operações. Os órgãos responsáveis por tomar as decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho, incluem as Diretorias Executivas e o Conselho de Administração.

As principais atividades dos segmentos operacionais são as seguintes: (i) Redes - compreendem as linhas de negócios relativas às concessões dos serviços de distribuição e transmissão de energia elétrica; (ii) Renováveis - compreendem as atividades relativas à concessão dos serviços de geração de energia elétrica oriundas de fontes naturais renováveis, tais como parques eólicos, solares e usinas hidrelétricas; (iii) Liberalizados - compreendem as atividades de geração de energia elétrica oriundas de usinas termelétricas e atividades de comercialização de energia; e (iv) Outros - incluem atividades corporativas e de suporte às operações.

4.1 Resultado por segmento
As informações segregadas por segmento de acordo com os critérios estabelecidos pela Administração da Companhia, estão apresentadas a seguir:

	Consolidado				
	2025	2024	2025	2024	2024
Redes	69.410	1.242	1.960	-	72.812
Renováveis	114	(1.162)	73.460	(1.777)	193
Liberalizados	212	-	46	-	7.947
Outros	-	-	2	-	929
Total	10.927	(1.162)	74.103	2.042	9.126

4.2 Ativos por segmento alocados

	Consolidado				
	2025	2024	2025	2024	2024
Concessão de serviços públicos (1) e intangível	10.610	-	9.932	-	43
Investimentos em coligações e joint ventures	-	-	132	-	211
Direito de uso e imobilizado	-	-	159	-	936
Outros	-	-	14	-	20
Total	10.610	-	395	-	932

(1) Inclui somente as concessões de serviços públicos classificadas como ativo financeiro e/ou ativo contratual.

4.2. Ativos por segmento alocados

	Consolidado				
	2025	2024	2025	2024	2024
Ativo financeiro público (1) e intangível	10.601	-	9.932	-	177
Investimentos em coligações e joint ventures	-	-	132	-	211
Direito de uso e imobilizado	-	-	159	-	936
Outros	-	-	14	-	20
Total	10.927	(1.162)	74.103	2.042	9.126

4.3. Adições (execução econômica) aos principais ativos não circulantes

	Consolidado				
--	-------------	--	--	--	--

NEOENERGIA S.A.

15. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, COLIGADAS E JOINT VENTURES

15.1. Mutações ocorridas durante o exercício

As variações dos investimentos em controladas, coligadas e joint ventures são as seguintes:

	Joint ventures	Colligadas	Total do Consolidado	Controladas	Controladoras
Saldo em 31 de dezembro de 2024	979	858	1.837	32.385	34.222
Aumento de capital	1	2	3	4.062	4.065
Reclassificação para ativo mantido para venda (15.3)	-	-	-	(2.096)	(2.096)
Equivalência patrimonial em outros resultados abrangentes	-	-	-	33	33
Equivalência de participação acionária - Neoenergia Itabapoana (nota 15.3.b)	-	-	-	-	-
Dividendos e JCP declarados	115	-	115	-	115
Outros	(118)	(12)	(130)	(4.730)	(4.860)
Equivalência Patrimonial	204	(141)	63	5.332	5.395
Equivalência patrimonial no resultado	204	(141)	63	5.335	5.598
Amortização da mais-valia	-	-	-	(203)	(203)
Ajuste a valor justo/valor recuperável - Impairment	-	154	154	(56)	98
Ajuste a valor justo de alienação da Neoenergia Itabapoana (nota 15.3.a)	-	-	-	2	2
Ajuste a valor justo de alienação da Geração Céu Azul (nota 15.3.b)	-	-	-	(58)	(58)
Reversão da provisão do valor recuperável (Impairment)	-	154	154	-	154
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.181	861	2.042	34.921	36.963
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.128	856	1.984	31.579	33.563
Aumento de capital	6	-	6	2.013	2.019
Resgate de ações	(198)	-	(198)	-	(198)
Reclassificação para ativo mantido para venda (15.3)	-	-	-	(1.030)	(1.030)
Equivalência patrimonial em outros resultados abrangentes	-	-	-	106	106
Dividendos e JCP declarados	(80)	(10)	(90)	(4.209)	(4.299)
Outros	-	-	-	(13)	(13)
Equivalência Patrimonial	123	(155)	(32)	4.383	4.351
Equivalência patrimonial no resultado	123	(155)	(32)	4.588	4.556
Amortização da mais-valia	-	-	-	(205)	(205)
Ajuste a valor justo/valor recuperável - Impairment	-	167	167	(444)	(277)
Ajuste a valor justo de alienação da Neoenergia Itabapoana (nota 15.3.a)	-	-	-	(76)	(76)
Ajuste a valor justo de alienação da Geração Céu Azul (nota 15.3.b)	-	-	-	(368)	(368)
Reversão da provisão do valor recuperável (Impairment)	-	167	167	-	167
Saldo em 31 de dezembro de 2024	979	858	1.837	32.385	34.222

Apresentamos a seguir a movimentação dos dividendos e JCP a receber:

	Consolidado	Controladora		
2025	2024	2025	2024	
Declarados	7	61	771	669
Recebidos	128	87	4.686	4.177
Saldo final do exercício	(106)	(141)	(4.739)	(4.135)
29	7	658	711	

15.2. Detalhamento por classe de investimento

A seguir apresentamos informações adicionais sobre os principais investidas:

Controladas	Segmento	Participação e votante	Saldo dos Investimentos		Resultado de participação		Dividendos e JCP recebidos	
			2025	2024	2025	2024	2025	2024
Redes ⁽¹⁾	100,00%	16.970	12.744	1.892	879	1.256	507	
Liberalizado	100,00%	1.612	1.605	133	166	115	63	
Renováveis	100,00%	6.029	8.009	585	757	772	760	
Outros	100,00%	9	9	(2)	(2)	-	-	
Subsidiárias integrais								
Outras subsidiárias								
Neoenergia Coelba	Redes	98,98%	7.788	7.395	1.934	1.789	1.516	705
Neoenergia Elektro	Redes	99,68%	2.287	2.360	955	912	913	1.966
Afluente T	Redes	90,18%	223	228	21	31	24	32
Oitis 2, 4 e 6 ⁽²⁾	Renováveis	94,93%	340	384	5	44	40	15
			35.258	32.734	5.528	4.621	4.676	4.063

Coligadas e joint ventures	Segmento	Participação	Saldo dos Investimentos		Resultado de participação		Dividendos e JCP recebidos	
			2025	2024	2025	2024	2025	2024
Neoenergia Transmissão	Redes	50,00%	1.177	974	206	123	103	86
Carbon 2 Nature	Liberalizado	49,00%	4	6	(2)	-	-	-
Mupungua	Liberalizado	24,50%	3	-	-	-	-	-
Norte Energia S.A.	Renováveis	10,00%	794	794	(154)	(167)	3	-
Energética Corumbá III ⁽³⁾	Renováveis	25,00%	64	63	13	12	3	10
			2.042	1.837	63	(32)	106	96

Transação entre os sócios	Total	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
(1) Em agosto de 2024 a Companhia adquiriu 6,37% das ações da Neoenergia Cosern por meio do leilão da Oferta Pública de Ações, passando a ser titular de 100% das ações da investida.		38.963	34.222	5.598	4.556
(2) Em janeiro de 2025, a Companhia, por meio de sua controlada Neoenergia Renováveis S.A., concluiu o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças firmado com as subsidiárias da SCR S.A., alienando as seguintes participações acionárias: (a) 2,84% do capital social da Oitis 2; (b) 6,75% do capital social da Oitis 4; e (c) 5,25% do capital social da Oitis 6. O valor atualizado da transação recebido pela Neoenergia Renováveis S.A. foi de R\$ 24.		-	-	-	-
(3) Em outubro de 2025 a Companhia arrematou no leilão realizado na B3 o lote correspondente a 37,5% do capital social da Energética Corumbá III (ECIII), anteriormente pertencente à Companhia Celg de Participações. Com a conclusão da operação, a participação da Companhia na ECIII passará para 62,5%, se tornando uma controlada do grupo. A conclusão da transação depende do cumprimento de condições precedentes.		-	-	-	-

15.3. Ativos não circulante mantido para venda

Ativos não circulante mantido para venda

	Consolidado	Controladora		
2025	2024	2025	2024	
Energética Águas da Pedra ⁽¹⁾	2.861	-	2.096	-
Neoenergia Itabapoana ⁽²⁾	-	998	-	267
Geração Céu Azul ⁽³⁾	-	1.594	-	1.030
	2.861	2.592	2.096	1.297

Passivos diretamente associados a ativos não circulante mantido para venda

	Consolidado	Controladora		
2025	2024	2025	2024	
Energética Águas da Pedra ⁽¹⁾	762	-	-	-
Neoenergia Itabapoana ⁽²⁾	-	732	-	-
Geração Céu Azul ⁽³⁾	-	543	-	-
	762	1.275	-	-
Total	2.099	1.317	2.096	1.297

Ativos não circulante mantido para venda

	Consolidado	Controladora		
2025	2024	2025	2024	
Energética Águas da Pedra ⁽¹⁾	2.099	-	2.096	-
Neoenergia Itabapoana ⁽²⁾	-	266	-	267
Geração Céu Azul ⁽³⁾	-	1.051	-	1.030

(1) No consolidado considera as eliminações de recebíveis de venda de energia R\$ 9 e dividendos a pagar R\$ 12.

(2) No consolidado considera as eliminações de recebíveis de venda de energia R\$ 1 e dividendos a pagar R\$ 1.

(3) No consolidado considera as eliminações de dividendos R\$ (21).

Neoenergia Itabapoana

Desde 2023, a Companhia vem negociando os termos para a venda da Neoenergia Itabapoana em consonância com os termos do *Framework Investment Agreement* ("FIA") assinado com a *Warrington Investment Pte. Ltd.* ("Warrington"), uma controlada pelo fundo soberano de Singapura (*Government of Singapore Investment Corporation* - "GIC"), em 25 de abril de 2023. Em dezembro de 2023 a Companhia reclassificou os saldos referentes a Neoenergia Itabapoana para a rubrica de ativo não circulante mantido para venda e passivos diretamente associados a ativo não circulante mantido para venda pelo menor valor entre o valor justo (líquido das despesas com vendas) e o valor de livros.

Em junho de 2024, a Neoenergia Itabapoana iniciou sua operação comercial e, desde então, houve tentativas de furto de materiais e equipamentos. Desta forma, tais eventos acabaram por resultar em um alongamento nas negociações para concretização da transação de venda da participação de 50% na Neoenergia Itabapoana.

Em 22 de abril de 2025, a Companhia e o fundo de investimentos Unique Power, detido pela Warrington, firmaram um contrato para a venda de 50% das novas ações da Neoenergia Transmissão S.A. (Neoenergia Transmissão). As novas ações da Neoenergia Transmissão serão emitidas através de aumento de capital, integralizado pela participação acionária de 100% da Companhia na Neoenergia Itabapoana, considerando equity value de R\$ 234.

Em 7 de agosto de 2025, a Companhia e o Unique Power cumpriram todas as suas condições precedentes e concluíram a operação, mediante alienação pela Companhia de 5,7% das ações da Neoenergia Transmissão por R\$ 115, valor que corresponde à 50% do valor da Itabapoana, utilizada pela Companhia para aumentar o capital social da Neoenergia Transmissão em R\$ 230.

Como resultado da transação, a Companhia e o GIC, de forma indireta, mantêm o controle compartilhado com participação de 50% cada no portfólio de ativos da Neoenergia Transmissão, que passou a contar também com Itabapoana na sua composição.

Portanto, a mutação dos saldos classificados à conta Ativos não circulantes mantidos para venda correspondente à participação em Itabapoana no período findo em 30 de setembro de 2025 foi conforme apresentada a seguir:

	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Ajustes ao valor justo	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Ajustes ao valor da oferta	267	(30)	237
Outros ajustes do valor justo	(28)	(58)	(86)
Impacto total reconhecido à rubrica "Ajustes ao valor justo"	239	(88)	151
Mutações patrimoniais na Itabapoana	-	-	-
Earn-Out transferido à outras contas a receber ⁽¹⁾	-	-	-
Valor transferido à conta investimentos	-	-	-
Caixa recebido pela venda	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(60)	(60)	(60)

(1) A Companhia mantém em aberto contas a receber do GIC no montante de R\$ 11, referentes à *Earn-Outs*, que deverão ser recebidos quando cumpridas as condições estabelecidas no SPA.

b) Geração Céu Azul

Em dezembro de 2024, a Companhia recebeu ofertas indicativas vinculantes para a compra da Geração Céu Azul, e desde então reclassificou os saldos referentes a Geração Céu Azul para a rubrica de ativo não circulante mantido para venda e passivos diretamente associados a ativo não circulante mantido para venda pelo menor valor entre o valor justo (líquido das despesas com vendas) e o valor de livros.

Em 05 de fevereiro de 2025, foi celebrado o *Share Purchase Agreement and Other Covenants* (Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças) (SPA) com a EDF Brasil Holding S.A. (EDF) e STOA S.A. (STOA), referente a operação de venda de totalidade das ações do capital social da controlada Geração Céu Azul S.A., que, por sua vez, detém uma participação de 70% no Consórcio Empreendedor Baixo Impacto ("CEBI"), pelo valor equity value de R\$ 1.000 (sendo R\$ 10 de Earn-Out), sujeito a ajustes de preços usuais, que inclui a atualização do *equity value* por CDI desde junho de 2024 até a data do *closing*.

Em 20 de fevereiro de 2025, a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel) exerceu o direito de preferência, de forma irrevogável e irretroativa, nos exatos termos do Termo de Adesão, para a aquisição da totalidade da participação direta da Neoenergia na Geração Céu Azul e, indiretamente, de sua participação correspondente a 70% (setenta por cento) no CEBI.

Em 30 de junho de 2025, a Companhia e a Copel cumpriram todas as suas condições precedentes e concluíram a operação, mediante alienação pela Companhia da totalidade das ações da Geração Céu Azul S.A. pelo valor total de R\$ 1.050.

A mutação dos saldos classificados à conta Ativos não circulantes mantidos para venda no período de 2025 foi conforme apresentado a seguir:

	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Ajustes ao valor justo	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Ajustes ao valor da oferta	1.030	27	1.057
Outros ajustes do valor justo	(25)	(2)	(27)
Impacto total reconhecido à rubrica "Ajustes ao valor justo"	1.005	25	1.030
Mutações patrimoniais na Geração Céu Azul	-	-	-
Earn-Out transferido à outras contas a receber ⁽¹⁾	-	-	-
Saldo a pagar à assessores transferidos à outras contas a pagar	-	-	-
Caixa recebido pela venda	-	-	-
Outros	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.005	25	1.030

(1) A Companhia mantém em aberto contas a receber da Copel no montante de R\$ 16, referentes à *Earn-Out* do SPA, conforme anteriormente mencionado, que será atualizado pelo IPCA e deverá ser recebido quando cumpridas as condições estabelecidas no SPA.

c) Energética Águas da Pedra S.A. (EAPSA)

Em novembro de 2025, a Companhia e a EDF Brasil Hidro Participações S.A. (EDF Hidro) celebraram o Contrato de Compra e Venda de Ações e outras Avenças, no qual a Companhia alienará a totalidade das ações no capital da EAPSA considerando um *enterprise value* de R\$ 2.515, sujeito a ajustes usuais ao preço de venda.

Na mesma data, a Companhia celebrou com a EDF Brasil Holding S.A. (EDF Brasil) o Acordo de Investimento, por meio do qual a Companhia realizará um aporte de R\$ 94 de EDF Hidro para deter 25% de participação no capital social desta. Em até 2,5 anos da conclusão da venda da EAPSA, a EDF Brasil terá o direito de adquirir a totalidade das ações de emissão da EDF Hidro detidas pela Companhia, e a Companhia terá o direito de saída da sociedade, através do qual poderá alienar a totalidade de sua participação na EDF Hidro.

Desde então, a Companhia reclassificou os saldos dos ativos e passivos referentes a EAPSA para a rubrica mantido para venda pelo valor de livros, que representa o menor valor na comparação com o valor justo (líquido das despesas com vendas) da EAPSA.

Em dezembro de 2025, a EDF Hidro efetuou o depósito de R\$ 275 na conta garantia ("escrow account"), referido valor foi reconhecido na rubrica "Outros passivos" e a entrada do referido caixa apresentado na atividade de investimentos na demonstração do fluxo de caixa, na rubrica "Antecipação de caixa para a operação de investimento".

A conclusão da transação está sujeita a condições precedentes usuais desse tipo de transação, tais como obtenção de anuências do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), pela ANEEL, entre outras.

15.4. Informações selecionadas de joint ventures e coligadas

As informações financeiras resumidas das coligadas e joint ventures relevantes para a Companhia são apresentadas a seguir. As demonstrações financeiras individuais dessas entidades podem divergir das informações financeiras aqui apresentadas, que são preparadas considerando as políticas contábeis da Companhia.

	2025	2024
Balço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	117	1.228
Contas a receber de clientes	71	56
Concessão do serviço público (ativo contratual)	6.486	5.183
Imobilização e intangível	17	37.684
Outros ativos	139	1.053
Total de ativos	6.830	41.062
Empréstimos e financiamentos	2.762	2.199
Contas a pagar a fornecedores	53	52
Outros passivos	1.662	4.076
Total de passivos	4.477	32.975
Patrimônio líquido	2.353	8.087

	2025	2024
Resultado do exercício		
Receta operacional, líquida	833	6.275
Lucro operacional antes do resultado financeiro	767	1.089
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	412	(1.544)
Capital circulante líquido	549	(84)
Fluxo de caixa operacional	322	3.213
Depreciação e amortização	(2)	(1.891)

15.5. Subsidiárias com a participação de acionistas não controladores

As informações financeiras resumidas, antes das eliminações intergrupo, das subsidiárias com participação de acionistas não controladores materiais são apresentadas a seguir:

(i) Informações selecionadas do balanço patrimonial

	2025
Balço patrimonial	
Caixa e equivalentes de caixa	2.355
Contas a receber de clientes	3.795
Instrumentos derivativos	232
Imobilizado e intangível	1.488
Outros ativos	27
Total de ativos	35.881
Empréstimos e financiamentos	20.308
Contas a pagar a fornecedores	1.678
Instrumentos derivativos	406
Benefícios a empregados	17
Outros passivos	4.738
Total de passivos	28.013
Patrimônio líquido	7.868

	2024
Balço patrimonial	
Caixa e equivalentes de caixa	1.525
Contas a receber de clientes	3.629
Imobilizado e intangível	2.273
Outros ativos	23.146
Total de ativos	31.283
Empréstimos e financiamentos	16.308
Contas a pagar a fornecedores	1.352
Instrumentos derivativos	260
Benefícios a empregados	7
Outros passivos	5.092
Total de passivos	23.859
Patrimônio líquido	7.424

	2025
Resultado patrimonial	
Receta operacional, líquida	1.525
Lucro operacional antes do resultado financeiro	3.629
Lucro líquido do exercício	230
Imobilizado e intangível	2.273
Outros ativos	23.146
Total de ativos	31.283
Empréstimos e financiamentos	16.308
Contas a pagar a fornecedores	1.352
Instrumentos derivativos	260
Benefícios a empregados	7
Outros passivos	5.092
Total de passivos	23.859
Patrimônio líquido	7.424

	2025
Bal	

NEOENERGIA S.A.

Empresas	Atividade	Participação total	
		2025	2024
Arizona 1 Energia Renovável S.A.	Geração eólica	100,00%	100,00%
Caetité 1 Energia Renovável S.A.	Geração eólica	100,00%	100,00%
Caetité 2 Energia Renovável S.A.	Geração eólica	100,00%	100,00%
Caetité 3 Energia Renovável S.A.	Geração eólica	100,00%	100,00%
Calango 1 Energia Renovável S.A.	Geração eólica	100,00%	100,00%
Calango 2 Energia Renovável S.A.	Geração eólica	100,00%	100,00%
Calango 3 Energia Renovável S.A.	Geração eólica	100,00%	100,00%
Calango 4 Energia Renovável S.A.	Geração eólica	100,00%	100,00%
Calango 5 Energia Renovável S.A.	Geração eólica	100,00%	100,00%
Calango 6 Energia Renovável S.A.	Geração eólica	100,00%	100,00%
Canoas 2 Energia Renovável S.A.	Geração eólica	100,00%	100,00%
Canoas 3 Energia Renovável S.A.	Geração eólica	100,00%	100,00%
Canoas 4 Energia Renovável S.A.	Geração eólica	100,00%	100,00%
Canoas 5 Energia Renovável S.A.	Geração eólica	100,00%	100,00%
Chafariz 1 Energia Renovável S.A.	Geração eólica	100,00%	100,00%
Chafariz 2 Energia Renovável S.A.	Geração eólica	100,00%	100,00%
Chafariz 3 Energia Renovável S.A.	Geração eólica	100,00%	100,00%
Chafariz 4 Energia Renovável S.A.	Geração eólica	100,00%	100,00%
Chafariz 5 Energia Renovável S.A.	Geração eólica	100,00%	100,00%
Chafariz 6 Energia Renovável S.A.	Geração eólica	100,00%	100,00%
Chafariz 7 Energia Renovável S.A.	Geração eólica	100,00%	100,00%
Elektro Renováveis do Brasil S.A. - Enerbrasil	Geração eólica	100,00%	100,00%
FE Participações S.A. - FPAR	Geração eólica	100,00%	100,00%
Força Eólica do Brasil 1 S.A. - FEB 1 (2)	Geração eólica	100,00%	100,00%
Força Eólica do Brasil S.A. - FEB 2 (2)	Geração eólica	-	100,00%
Lagoa 1 Energia Renovável S.A.	Geração eólica	100,00%	100,00%
Lagoa 2 Energia Renovável S.A.	Geração eólica	100,00%	100,00%
Lagoa 3 Energia Renovável S.A.	Geração eólica	100,00%	100,00%
Lagoa 4 Energia Renovável S.A.	Geração eólica	100,00%	100,00%
Mat 2 Energia Renovável S.A.	Geração eólica	100,00%	100,00%
Neoenegria Renovável S.A. - EFEB	Geração eólica	100,00%	100,00%
Otis 1 Energia Renovável S.A. - Otis	Geração eólica	100,00%	100,00%
Otis 10 Energia Renovável S.A. - Otis	Geração eólica	97,09%	100,00%
Otis 21 Energia Renovável S.A. - Otis	Geração eólica	100,00%	100,00%
Otis 22 Energia Renovável S.A. - Otis	Geração eólica	100,00%	100,00%
Otis 3 Energia Renovável S.A. - Otis	Geração eólica	100,00%	100,00%
Otis 4 Energia Renovável S.A. - Otis	Geração eólica	100,00%	100,00%
Otis 5 Energia Renovável S.A. - Otis	Geração eólica	100,00%	100,00%
Otis 6 Energia Renovável S.A. - Otis	Geração eólica	94,62%	100,00%
Otis 7 Energia Renovável S.A. - Otis	Geração eólica	100,00%	100,00%
Otis 8 Energia Renovável S.A. - Otis	Geração eólica	100,00%	100,00%
Otis 9 Energia Renovável S.A. - Otis	Geração eólica	100,00%	100,00%
Santana 1 Energia Renovável S.A. - Santana	Geração eólica	100,00%	100,00%
Santana 2 Energia Renovável S.A. - Santana	Geração eólica	100,00%	100,00%
Ventos de Araputá 1 Energia Renovável S.A. - Ventos	Geração eólica	100,00%	100,00%
Ventos de Araputá 2 Energia Renovável S.A. - Ventos	Geração eólica	100,00%	100,00%
Ventos de Araputá 3 Energia Renovável S.A. - Ventos	Geração eólica	100,00%	100,00%
Luzia 3 Energia Renovável S.A. - Luzia	Geração solar	100,00%	100,00%
Elektro Operação & Manutenção Ltda - Elektro O&M	Serviços	100,00%	100,00%
Neoenegria Operação & Manutenção S.A. - Neoenegria O&M	Serviços	100,00%	100,00%
Neoenegria Serviços Ltda - Neoserv	Serviços	100,00%	100,00%
Belo Monte Participações S.A. - Belmonte	Serviços	100,00%	100,00%
Neoenegria Investimentos S.A. - Neoinvest	Serviços	100,00%	100,00%
Neoenegria Soluções Verdes	Serviços	100,00%	100,00%

(1) Empresas classificadas como Ativo não circulante disponível para venda.
(2) Empresas incorporadas pela Neoenegria Renováveis.
As empresas coligadas e joint ventures estão abaixo relacionadas:

Empresas Coligadas	Atividade	Participação total	
		2025	2024
Energética Corumbá III S.A. - ECIII	Geração Hidráulica	25,00%	25,00%
Norte Energia S.A. - NESA	Geração hidráulica	10,00%	10,00%
Mupununga S.A.	Serviços	24,50%	-
Joint ventures			
Neoenegria Transmissão S.A.	Transmissão	50,00%	50,00%
Neoenegria Altaba Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	50,00%	50,00%
Neoenegria Biguaçu Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	50,00%	50,00%
Neoenegria Dourados Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	50,00%	50,00%
Neoenegria Jalaóba Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	50,00%	50,00%
Neoenegria Rio Formoso Transmissão e Energia S.A.	Transmissão	50,00%	50,00%
Neoenegria Santa Luzia Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	50,00%	50,00%
Neoenegria Sobradinho Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	50,00%	50,00%
Neoenegria Itaipubapona Transmissão de Energia S.A. (nota 15.3)	Transmissão	50,00%	100,00%
SE Naranidiba S.A. - Naranidiba	Transmissão	50,00%	50,00%
Carbon 2 Nature S.A.	Serviços	49,00%	49,00%

16. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstradas conforme a seguir:

	Consolidado					
	Parques eólicos	Centrais hidroelétricas e de bombeamento	Construções em terrenos	Outros	Ativos em construção	Total
Taxa de depreciação a.a.	2,57%	2,00%	0%	2,50%	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.592	2.391	14.293	33.303	521	10.490
Adições	-	-	89	96	301	301
Capitalização de gastos (1)	-	-	-	-	13	13
Baixas	(150)	(1)	-	(1)	-	(152)
Depreciação	(270)	(108)	(55)	(15)	-	(448)
Transferências entre classes	182	(108)	(67)	43	(266)	-
Reclassificação para ativo mantido para venda (nota 15.3)	-	(3)	(4)	-	(4)	(11)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	6.354	1.194	14.107	31.111	551	8.917
Custo	7.941	2.149	1.117	168	551	11.926
Depreciação acumulada	(1.587)	(955)	(410)	(57)	-	(3.009)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.535	3.472	1.770	60	650	12.487
Adições	17	-	-	-	179	196
Capitalização de gastos (1)	-	-	-	-	14	14
Baixas	-	(7)	-	(2)	-	(9)
Depreciação	(239)	(139)	(76)	(13)	-	(467)
Transferências entre classes	288	66	(200)	51	(205)	-
Transferências - Outros ativos	(9)	(1)	-	-	(31)	(41)
Reclassificação para ativo mantido para venda (nota 15.3)	-	(1.000)	(604)	-	(86)	(1.690)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.592	2.391	890	96	521	10.490
Custo	7.876	3.701	1.368	141	521	13.607
Depreciação acumulada	(1.284)	(1.310)	(478)	(45)	-	(3.117)

(1) Capitalização de gastos com pessoal alocado à construção; encargos financeiros de empréstimos e financiamento; adição (reversão) de provisão para desmantelamento de ativos e unidades de negócios; bem como respectivas obrigações ambientais.

16.1. Política contábil material e julgamentos críticos

(a) Política contábil material
A Companhia classifica no imobilizado os ativos tangíveis, com vida útil definida de longa duração, vinculada às operações cujo preço ou tarifa não é controlada pelo poder concedente. Essas operações pertencentes aos segmentos: (i) Renováveis; (ii) Liberalizados; e (iii) Outros.
Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (impairment).
Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.
(b) Estimativas e julgamentos críticos
A Companhia reconhece a criação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam as vidas úteis estimadas dos bens. Os investimentos iniciais nos ativos de geração cujas usinas possuem concessão do serviço público são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL, limitadas ao prazo da concessão das usinas, quando não passíveis de indenização conforme intersetado da Companhia dos termos e cláusulas de indenização definidos em cada contrato de concessão do serviço público. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (impairment) destes ativos, quando aplicáveis.
Em 1 de julho de 2024, a Companhia alterou o método de depreciação aplicado às turbinas, rotores e peças térmicas (grandes componentes) de sua usina Termoelétrica, passando do método linear para o método de unidades produzidas, denominado hora-fogo para este caso específico.
A mudança foi necessária diante do novo cenário econômico e operacional da Companhia, no qual as turbinas serão menos demandadas e sua utilização não seguirá padrão linear. Assim, o método hora-fogo reflete de forma mais fidedigna o consumo econômico dos ativos, pois considera as horas efetivamente operadas, alinhado ao valor recuperável de ativos (impairment).
O projeto de horas-fogo foi elaborada com base na perspectiva de acionamento da usina no longo prazo, considerando o atendimento ao Contrato de Reserva de Capacidade, conforme informações da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, e validada pela Administração da Companhia.

17. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

	Consolidado					
	Goodwill	Concessão	Software	Outros	Ativos em Construção	Total
Taxa de amortização a.a.	2,46%	6,25%	6,25%	0%	0%	0%
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.246	11.218	27	26	52	12.569
Adições	-	-	-	-	47	47
Baixas	(71)	-	-	-	-	(71)
Amortização	(2.504)	(14)	(7)	-	-	(2.525)
Transferências - Intangíveis	-	1	42	16	(59)	-
Transferências - Ativo financeiro (1)	-	6.428	-	-	-	6.428
Transferências - Ativo contratual (2)	-	1.154	-	-	-	1.154
Transferências - Outros ativos	-	4	-	3	(3)	4
Reclassificação para ativo mantido para venda (nota 15.3)	(243)	(1.164)	(1)	(2)	(1)	(1.411)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.003	15.066	54	36	36	16.195
Custo	1.003	41.470	97	61	36	42.667
Amortização acumulada	-	(25.065)	(43)	(25)	-	(25.133)
Obrigações especiais	-	(1.339)	-	-	-	(1.339)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.360	12.452	20	26	41	13.899
Adições	-	-	-	-	50	50
Baixas	(114)	(91)	-	-	-	(205)
Amortização	(2.306)	(8)	(6)	-	-	(2.320)
Transferências entre classes	-	15	17	-	(32)	-
Transferências - Ativo financeiro (1)	-	(6)	-	-	-	(6)
Transferências - Ativo contratual (2)	-	1.177	-	-	-	1.177
Transferências - Outros ativos	-	5	-	-	(7)	(2)
Reclassificação para ativo mantido para venda (nota 15.3)	-	(13)	-	(11)	-	(24)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.246	11.218	27	26	52	12.569
Custo	1.246	35.306	57	47	52	36.708
Amortização acumulada	-	(22.724)	(30)	(21)	-	(22.775)
Obrigações especiais	-	(1.364)	-	-	-	(1.364)

(1) A Neoenegria Pernambuco, controlada, detém o direito exploração da área de concessão por dois períodos de concessão consecutivos de 30 anos, sendo o último período prorrogado antecipadamente em 17 de setembro de 2025. O 1º período abrange a prestação dos serviços públicos na área concedida até 29 de março de 2030, enquanto o 2º período garante esse direito de 30 de março de 2030 a 30 de março de 2060 (veja nota explicativa nº 14).
(2) Referem-se ao direito contratual das distribuidoras de energia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passaram a ser classificados como Ativo financeiro indenizável ou como Ativo Intangível, conforme a forma de remuneração.
(3) Referem-se a direitos classificados como ativo contratual até à conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão.

17.1 Política contábil material e julgamentos críticos

(a) Política contábil material
Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (impairment).
Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.
(b) Estimativas e julgamentos críticos
A Companhia detém o direito de exploração da área de concessão por dois períodos consecutivos de 30 anos, sendo o último período prorrogado antecipadamente em 17 de setembro de 2025. O 1º período abrange a prestação dos serviços públicos na área concedida até 29 de março de 2030, enquanto o 2º período garante esse direito de 30 de março de 2030 a 30 de março de 2060 (veja nota explicativa nº 14).
No julgamento crítico da Administração, a prorrogação resultou no reconhecimento de dois ativos intangíveis distintos, e não de um único direito contínuo, pois: (i) a prorrogação não ocorreu de forma automática nem foi baseada em experiência anterior; e (ii) envolveu consideração substancial (ativo financeiro), indicando que o custo de renovação é significativo em relação aos benefícios econômicos futuros a serem potencialmente gerado por este direito de outorga.
Essa abordagem reflete a essência econômica da transação e assegura que os ativos sejam mensurados separadamente, conforme os direitos e obrigações associados ao novo período concessório. O custo de outorga referente ao 2º período será amortizado somente a partir do início do respectivo prazo.

Em 31 de dezembro de 2025, os valores contábeis líquidos vinculados ao 1º e 2º períodos de concessão totalizam R\$ 1.740 e R\$ 6.456, respectivamente.

18. FORNECEDORES, CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS E CONTRATOS DE CONVÊNIO

	Consolidado	
	2025	2024
2.128	1.753	75
559	612	76
2.113	1.734	224
224	200	5.024
5.024	4.299	4.800
224	200	224

Forneceadores e contas a pagar a empreiteiros (1)
Circulante
Não circulante
(1) Inclui o programa Antecipa Fácil e Contratos de Convênio
Operações de desconto de títulos ou Risco Sacado
Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autorizou a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais (passivo original), não havendo postergação substancial de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira.
A Companhia operacionaliza essas transações da seguinte forma:
* Plataforma Antecipa Fácil: A plataforma, 100% digital, é gerenciada por uma empresa parceira, não parte relacionada da Companhia. O fornecedor acessa a plataforma e inclui suas faturas performadas que deseja antecipar. A Antecipa Fácil, por sua vez, aciona variadas instituições financeiras para realização de um leilão reverso e posterior definição de custo para o fornecedor e qual instituição que fará a antecipação. O pagamento do título é realizado pela Companhia para o fornecedor original em contrapartida dos valores consignados na plataforma.
* Contrato de convênio: O fornecedor e as instituições financeiras possuem relacionamento direto, imediatamente sob os Contratos de Convênio e Termo de Cessão de Recebíveis (em conjunto Contrato de Convênio), firmados entre a Companhia e instituição financeira, cujo pagamento do título cedido é realizado pela Companhia para instituição financeira.
Os pagamentos dessas transações impactaram o fluxo de caixa da seguinte forma:

	Consolidado	
	2025	2024
271	348	75
348	348	161
161	176	185

Plataforma Antecipa Fácil
Contrato de convênio
Total desembolsado
Fluxo de caixa das atividades operacionais
Fluxo de caixa das atividades de investimento
O valor das obrigações está apresentado como segue:

	Consolidado	
	2025	2024
45	34	74
74	109	119
119	109	59
59	48	59

18.1. Política contábil material e julgamentos críticos

(a) Política contábil material
Os fornecedores, contas a pagar a empreiteiro e obrigações a pagar de contratos de convênio são passivos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 25.4).
A Companhia avalia se cessão dos títulos altera substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o credor original. Se a cessão altera substancialmente as características qualitativas e quantitativas do passivo financeiro original (Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros), a Companhia reconhece um novo passivo financeiro (Empréstimos e financiamentos), e reconhece eventual ganho/perda no resultado do exercício. Se o passivo original não foi substancialmente modificado e a contraparte recebedora do pagamento foi alterada, a Companhia reconhece um novo passivo financeiro (Obrigações a pagar de contratos de convênio).
As cessões dos títulos que não alteram substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o fornecedor são classificadas na demonstração do fluxo de caixa como atividade operacional ou de investimento, a depender substancialmente da natureza do produto ou serviço adquirido.
(b) Estimativas e julgamentos críticos
Para determinar se houve alteração substancial nas características qualitativas a Companhia avalia, principalmente, eventuais modificações nas garantias contratuais e/ou inclusão de cláusulas de default usualmente observadas em contratos de dívidas. No tocante as características quantitativas a Companhia avalia se houve modificação do prazo de pagamento superior a 3 (três) vezes o prazo usual negociado para fornecedores da mesma categoria e se houve alteração maior do que 10% no valor justo do passivo em relação às condições originais.

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

19.1. Dívida líquida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo. A dívida líquida é composta como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
4.801	7.708	18.798	18.199	
34.128	26.693	1.663	1.649	
57.727	52.600	4.685	5.190	
589	(995)	286	(47)	
(8.453)	(7.730)	(1.719)	(1.525)	
(1.121)	(655)	(275)	(121)	
48.742	43.220	2.977	3.497	

(1) No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos depósitos em garantias vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses depósitos exclusivos serem para amortização dessas dívidas.
19.2. Empréstimos e financiamentos
As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais (debêntures e notas promissórias), principalmente denominadas em Real brasileiro (R\$) e Dólar norte-americano (US\$).
A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
47.561	40.020	1.680	1.672	
41.604	38.700	1.680	1.672	
5.957	1.320	0	0	
9.672	10.782	3.028	3.547	
3.079	1.420	565	638	
6.593	9.362	2.463	2.909	
1.348	2.366	-	-	
568	-	-	-	
780</				

(iii) Processos fiscais: Referem-se às apólices tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPFM, IPTU, PIS/COFINS, entre outros, cujos destaques passamos a tratar a seguir

- Autos de infração relativos a Crédito de ICMS cuja escrituração no Controle de Crédito do ICMS do Ativo Permanente (CIAP) se deu supostamente em desacordo com regras revistas na legislação tributária, estimados em R\$ 667 (R\$ 612 em 31 de dezembro de 2024).
- Autos de infração relativos a Crédito de ICMS sobre bens destinados ao ativo imobilizado da Companhia e sobre combustíveis utilizados na frota operacional, estimados em R\$ 233 (R\$ 200 em 31 de dezembro de 2024).
- Autos de infração relativos a estornos de débitos de ICMS (Convênio 30) relacionado a refaturamento de contas de energia elétrica, estimados em R\$ 403 (R\$ 274 em 31 de dezembro de 2024).
- Autos de infração por suposta utilização do ICMS nas aquisições de ativo fixo, de fornecedores micro-empresa, créditos em duplicidade e nas aquisições de compras com entrega futura, estimados em R\$ 736 (R\$ 714 em 31 de dezembro de 2024).
- Atos tributários e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, PIS/COFINS, GIDE, entre outros, no montante de R\$ 637 (R\$ 548 em 31 de dezembro de 2024).
- Auto de Infração de natureza fiscal em que se discute a incidência de IRRF no montante de R\$ 538 (R\$ 491 em 31 de dezembro de 2024) na operação de incorporação da Eletkra Holding realizada pela Neoenergia em agosto de 2017.

Auto de infração, que discute a Cobrança do ICMS, referente aos períodos de janeiro a dezembro de 2022 em razão da isenção da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD de Micro e Mini Geração Distribuída – MMGD, no montante estimado de R\$ 401 (R\$ 101 em 31 de dezembro de 2024).

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

(iv) Processos regulatórios: Ações regulatórias das distribuidoras do Grupo, dentre as quais os objetos são relacionados aos procedimentos para o cálculo dos indicadores de continuidade técnica do serviço, individual e coletivo, questões comerciais, a realização das compensações financeiras correspondentes e da recuperação dos indicadores globais, questões relacionadas à arrecadação ou legalidade de elementos ou rubricas tarifárias e questões relativas à legalidade das ações administrativas impretadas pela ANEEL.

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

	2025	2024
Processos civis	1.268	1.101
Processos trabalhistas	327	315
Processos fiscais	339	313
Outros Processos	102	50
Total	2.036	1.779

Os depósitos judiciais foram atualizados monetariamente pela taxa SELIC, para os processos fiscais, e taxa TR mais 70% da taxa SELIC, para os demais processos.

20.2. Política contábil material e julgamentos críticos

(a) Política contábil material

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passivo; (ii) é provável que uma saída de recursos econômicos ocorrerá; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. O valor relacionado à parcela principal da provisão é reconhecido no resultado operacional ou imobilizado/intangível em função da correlação direta das operações da Companhia e os encargos financeiros são reconhecidos no resultado financeiro.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

(b) Estimativas e julgamentos críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

21. OUTROS PASSIVOS

	2025	2024
Caução em garantia (1)	851	773
Devoluções a consumidores (2)	299	488
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	149	138
Uso do Bem Público - UBP	42	64
Energia MMGD	730	371
Adiantamentos de serviços técnicos ODS	50	34
Repasse de terceiros	53	51
Garantia de Compra – Águas da Pedra	275	-
Obrigações CEBPREV	34	37
Outros	4	20
Total	2.896	2.212
Passivo circulante	2.453	1.851
Passivo não circulante	443	361

(1) Garantia constituída para assegurar o cumprimento dos contratos, acrescidas de correção monetária com base nos índices previstos contratualmente (IPCA ou CDI), para fazer face tanto às suas cláusulas operacionais, quanto à obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

(2) refere-se ao Bônus Itaipu, direcionados às classes residenciais e rurais que será pago de acordo com o mês de março de 2023 em que o consumo de energia de unidades consumidoras foi menor que 350kWh, conforme REH ANEEL nº 3.420/2024.

22. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto e longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios.

Os benefícios são plano empregado compreendem: (i) plano de previdência complementar (Plano de pensão – Benefício definido); (ii) plano de previdência complementar (Plano de pensão – Contribuição definida) e (iii) Plano de saúde pós emprego.

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	2025	2024
Obrigações trabalhistas e PLR	675	661
Benefícios Pós emprego (nota 22.1)	988	936
Total	1.663	1.597
Ativo não circulante (1)	(17)	(24)
Passivo circulante	781	807
Passivo não circulante	899	814

(1) A apresentação do saldo de benefício pós-emprego encontra-se alocada na rubrica de outros ativos não circulantes.

22.1. Benefícios Pós Emprego

A Companhia contribui, como patrocinadora, para planos de aposentadoria que fornecem aos seus colaboradores benefícios em eventos de aposentadoria, morte e invalidez. A Companhia possui planos no formato de benefício definido e contribuição definida. Os planos de benefício definido foram fechados para novas adesões, em razão de expor a Companhia ao risco de desequilíbrio atuarial em caso de situação deficitária do plano, de forma que a Companhia teria que efetuar pagamentos extraordinários a fim de assegurar a concessão dos benefícios aos colaboradores e ex-colaboradores participantes dos planos (ativos e assistidos). Atualmente há apenas um plano de benefício definido aberto para novas adesões.

Já para os planos de contribuição definida a Companhia não incorre no risco de desequilíbrio atuarial, dado que o valor do benefício é ajustado de acordo com os recursos mantidos em favor do participante (modelo de poupança individual). Atualmente há apenas um plano de contribuição definida aberto para novas adesões.

A gestão do plano de benefício é realizada por gestores externos a administração da Companhia (Curadores). Os curadores dos planos são responsáveis pela governança e possuem a obrigação legal de agir exclusivamente no melhor interesse dos beneficiários do plano. Os curadores têm as seguintes funções: (i) administração dos planos e pagamento aos beneficiários dos ativos do plano, quando exigido de acordo com as regras do plano; (ii) gestão e investimento dos ativos do plano; e (iii) conformidade com outros regulamentos, quando aplicável. Os Curadores dos planos da Companhia são entidades fechadas de previdência complementar ou seguradora social, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira.

Abaixo segue a relação dos Curadores e outras informações dos planos:

	Consolidado			
	Posição em 31/12/2025			
	Quantidade de beneficiários ativos	Quantidade de beneficiários assistidos	Situação	Condição financeira
Planos de benefício definido				
Néos - Plano BD PE	30	3.087	Fechado	Deficitário
Néos - Plano BD RN	-	810	Fechado	Superavitário
Néos - Plano BD BA	25	25	Fechado	Superavitário
Néos - Plano Saldado	7	483	Fechado	Deficitário
Néos - Plano PCBP	-	-	-	-
Vivest - PSAP/Elektro (antigo FACEB – Plano BD)	2	217	Fechado	Deficitário
	2.907	1.816	Aberto	Deficitário
Total	2.946	6.667		
Planos de contribuição definida				
Néos - Plano CD BA	2.112	1.253	Fechado	N/A
Néos - Plano CD RN	-	-	Fechado	N/A
Néos - Plano CD RN	-	-	Fechado	N/A
Néos - Plano CD Néos	10.424	599	Aberto	N/A
Néos - Plano NDBPrev (antigo FACEB - CEBPREV)	12	306	898	Fechado
	12.548	2.758	9.417	

Para o plano de Saúde Pós-Emprego, a Companhia mantém um seguro coletivo empresarial para cobrir custos de assistência médica-hospitalar e de assistência odontológica para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais. Por serem planos de assistência médica não capitalizados, têm natureza deficitária. Este plano não permite a adesão de novos participantes. Em 31 de dezembro de 2025, o plano possui 5.953 beneficiários (628 beneficiários ativos, 2.610 beneficiários assistidos titulares e 2.715 beneficiários assistidos dependentes).

a) Movimentação dos ativos e passivos dos planos

	Consolidado					
	Benefício definido			Saúde pós emprego		
	Obrigações atuariais	Valor justo dos ativos	Efeito (passivos) líquido	Ativo líquido	Saúde pós emprego líquido	Saúde líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(3.230)	3.815	(674)	(69)	(81)	(1)
Custo do serviço	-	-	-	-	-	-
Efeitos dos juros	(347)	413	(77)	(11)	(92)	(81)
Contribuições pagas pelos participantes	(5)	5	-	-	-	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	(35)	-	-	34	-
Benefícios pagos pelo plano	359	(358)	1	1	91	91
Efeitos de reduções/liquidações	-	-	-	-	-	-
Redimensionamento	(123)	(25)	107	(41)	(43)	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(3.345)	3.884	(644)	(105)	(883)	(18)
Planos superavitários	(3.76)	558	18	(89)	(88)	1
Planos deficitários	(3.369)	3.316	(671)	(124)	(883)	(19)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(3.975)	3.905	(170)	(240)	(902)	9
Custo do serviço	-	-	-	-	-	-
Efeitos dos juros	(330)	335	(21)	(16)	(78)	(57)
Contribuições pagas pelos participantes	(4)	4	-	-	-	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	(30)	-	-	30	81
Benefícios pagos pelo plano	363	(362)	-	-	1	-
Efeitos de reduções/liquidações	-	-	-	-	-	(1)
Redimensionamento	716	(97)	(483)	136	44	44
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(3.230)	3.815	(674)	(69)	(81)	(1)
Planos superavitários	(353)	588	(209)	24	(847)	24
Planos deficitários	(2.877)	3.229	(465)	(113)	(847)	(25)

b) Valores reconhecidos no resultado do exercício

	Consolidado					
	2025			2024		
	Benefício definido	Saúde pós emprego	Total	Benefício definido	Saúde pós emprego	Total
Custo do serviço	5	(1)	4	4	-	9
Efeitos de reduções/liquidações	-	9	9	-	-	9
Despesa com juros de obrigações	(420)	(512)	(932)	(348)	(78)	(426)
Receita com juros de ativos	409	-	409	332	-	332
Total	(6)	(84)	(90)	(12)	(69)	(81)

Alocação dos custos do serviço:

Resultado do exercício	5	8	13	4	9	13
------------------------	---	---	----	---	---	----

c) Valores reconhecidos nos outros resultados abrangentes

	Consolidado					
	2025			2024		
	Benefício definido	Saúde pós emprego	Total	Benefício definido	Saúde pós emprego	Total
Saldo no início do exercício	57	(331)	(274)	(32)	(360)	(392)
Mudanças nas despesas	(123)	(43)	(166)	716	44	760
Efeito do teto de ativos/passivo oneroso	107	-	107	(483)	-	(483)
Retorno sobre ativos do plano	(25)	-	(25)	(97)	-	(97)
(exclui receita de juros)	(29)	(43)	(72)	136	44	180
Efeito bruto	(29)	(43)	(72)	136	44	180
Tributos sobre o lucro	10	14	24	(47)	(15)	(62)
Efeito líquido em outros resultados abrangente	(19)	(29)	(48)	89	29	118
Saldo no final do exercício	(38)	(360)	(322)	57	(331)	(274)

d) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Consolidado			
	2025		2024	
	Benefício definido	Saúde pós emprego	Benefício definido	Saúde pós emprego
Valor presente das obrigações atuariais	(3.345)	(883)	(3.230)	(847)
Valor justo dos ativos	3.884	-	3.815	-
Efeito do limite do ativo (teto)	(644)	-	(674)	-
Total passivo (ativo) líquido	(105)	(883)	(89)	(847)
Ativo não circulante	19	(89)	24	(128)
Passivo circulante	(17)	(794)	(16)	(879)
Passivo não circulante	(107)	-	(97)	(719)

e) Outras informações dos planos de benefício definido e saúde pós-emprego

(i) Ativos dos planos por categoria

	Consolidado					
	2025			2024		
	Preços cotados em mercado	Preços não cotados em mercado	Valor justo	Preços cotados em mercado	Preços não cotados em mercado	Valor justo
Aplicação direta:						
Título de dívida - Corporativo	-	2	2	-	3	3
Título de dívida - Governos	-	-	-	-	352	352
Investimentos imobiliários	-	97	97	-	92	92
Outros	-	42	42	-	48	48
Aplicação através de fundos:						
Fundo de investimento – Ações/Quotas	4	-	4	218	-	218
Fundo de investimento – Multimercado	1.872	-	1.872	1.584	-	1.584
Fundo de investimento – Renda fixa	1.867	-	1.867	1.500	-	1.500
Fundo de investimento – Imobiliário	-	-	-	18	-	18
Total	3.743	141	3.884	3.320	495	3.815

(ii) Expectativa de pagamento futuros

As expectativas de pagamentos de beneficiários que refletem serviços futuros pelo plano são as seguintes:

	Consolidado					
	Benefício definido			Saúde pós emprego		
2026	-	338	-	-	89	-
2027	-	332	-	-	88	-
2028	-	232	-	-	87	-
2029	-	319	-	-	84	-
2030	-	311	-	-	83	-
2031 a 2035	-	4.448	-	-	385	-
2036 a 2040	-	1.239	-	-	327	-
2041 em diante	-	2.850	-	-	735	-
Total	-	7.067	-	-	1.878	-

Não há previsão de desembolso por parte da Companhia para o plano de benefício definido, tendo em vista o alto nível de sobras do plano. Com relação ao plano de saúde pós-emprego o desembolso é feito diretamente pela Companhia nos níveis demonstrados acima.

(iii) Análise de sensibilidade e hipóteses atuariais/econômicas

Para análise de sensibilidade, a Companhia considerou o efeito de alteração na taxa nominal de desconto no valor presente da obrigação atuarial da Companhia, conforme apresentado abaixo:

	2025					
	Néos - Plano BD BA	Saúde pós em- prego	Néos - Plano PSAP/ Elektro	Vivest - Plano BD PE	Néos - Plano BD RN	Néos - Plano PCBP
Taxa nominal de desconto – Redução de 0,5%						
Valor presente da obrigação atuarial	324	917	967	1.689	66	119
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	3,41%	3,83%	3,45%	5,07%	2,87%	4,35%
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	7,35	8,66	7,42	9,89	6,22	9,31
Taxa nominal de desconto – Aumento de 0,5%						
Valor presente da obrigação atuarial	303	852	904	1.539	63	110
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	(3,20%)	(3,56%)	(3,23%)	(4,28%)	(2,71%)	(4,03%)

Duration (em anos)

6,82 8,17 7,20 9,32 6,24 8,66 8,02

As principais premissas atuariais adotadas no cálculo, por plano de benefício definido, estão apresentadas como segue:

	2025						2024									
	Tábua de mortalidade		Tábua de entrada em invalidez		Tábua de mortalidade de inválidos		Composição familiar		Tábua de entrada lidade		Tábua de entrada em invalidez		Tábua de mortalidade de inválidos		Composição familiar	
Néos – Plano BD BA	BR-EMSsb 2015, suavizada em 15%	N/A	BR EMS sb v2010 (masc)	N/A	AT-1983 ponderada (

MEMÓRIA DE ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA

Correspondente ao Exercício de 2025

1. O COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da Neoenergia S.A. é um órgão estatutário de assessoramento permanente e interno vinculado ao Conselho de Administração, com facultades para informar, analisar e apresentar propostas para o Conselho de Administração dentro do escopo de suas funções previstas no Regimento Interno do Comitê ("Regimento"). O Regimento tem como objetivo estabelecer os princípios e as formas de atuação e funcionamento do Comitê, observado o disposto no Estatuto Social, no Acordo de Acionistas, na legislação em vigor, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), no Sistema de Governança e Sustentabilidade da Companhia e na regulamentação aplicável, em especial o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão.

O Comitê de Auditoria da Neoenergia é composto por membros indicados pelos acionistas e aprovados pelo Conselho de Administração da Sociedade, tendo como membros:

Nome	CARGO
Cristiano Frederico Ruschmann	Presidente
Marina Freitas Gonçalves de Araújo Grossi	Membro titular
Elvira Baracuchy Cavalcanti Presta	Membro titular
Daniel Alcain López	Membro titular
Márcio Antonio Chiumento	Membro titular
Mônica Grau Domene	Membro suplente
Gustavo Tudisco	Membro Secretário

2. COMENTÁRIOS DO PRESIDENTE DO COMITÊ DE AUDITORIA

A Neoenergia S.A possui uma estrutura de Governança Corporativa consolidada, na qual desde o ano 2005 se incluem os Comitês ligados diretamente ao Conselho de Administração e demais órgãos de governança da Companhia, cujo objetivo é suportar o Conselho de Administração no cumprimento de suas funções. A estrutura adotada demonstra a preocupação da Companhia com a ética, a transparência e as boas regras de governança exigidas pelo mercado.

Dentre os órgãos constantes dessa estrutura está o Comitê de Auditoria, ao qual cabe: "Auxiliar o Conselho de Administração na supervisão (i) da integridade das demonstrações financeiras e controles internos da Companhia, (ii) da conformidade da Companhia com os requisitos legais e regulatórios, (iii) da independência e qualificações do auditor independente externo e da área de Auditoria Interna e Riscos da Companhia". (Artigo 11º do Regimento do Comitê de Auditoria).

O Comitê vem realizando sua função com dedicação e responsabilidade, interagindo constantemente com a Alta Administração da Neoenergia e os demais órgãos de governança, no sentido de cumprir a sua missão, sempre no melhor interesse da Companhia.

A Memória de Atividades apresenta as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria na condução deste processo, além das atividades específicas desenvolvidas durante o exercício social do ano de 2025.

Durante o ano de 2025, o Comitê de Auditoria analisou processos de negócio considerados estratégicos, com o objetivo de identificar aspectos de melhoria e garantir as suas implantações, assim como a eficácia do controle das informações técnicas, econômicas e financeiras enviadas para o mercado, garantindo a exatidão e transparência das mesmas.

O relacionamento entre o Comitê de Auditoria e os demais órgãos de governança, é essencial, considerando que o objetivo de melhoria dos processos e uma melhor transparência da gestão são comuns a todos. A sinergia possibilita o cumprimento das boas práticas de governança corporativa.

Gostaria de agradecer a confiança depositada pelo Conselho de Administração da Neoenergia ao Comitê de Auditoria e resalto que para alcançar um adequado resultado em seus trabalhos, cumpriu assim com a sua missão e contribuindo para a excelência na gestão da Neoenergia, o Comitê conta com o apoio da Alta Administração e o trabalho realizado pela área de Auditoria Interna e Riscos da Companhia, cujas análises forneceram subsídios ao Comitê de Auditoria para cumprir a sua missão.

Cristiano Frederico Ruschmann

Presidente do Comitê de Auditoria da Neoenergia S.A

3. ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA

3.1. REUNIÕES REALIZADAS

Em suas reuniões, o Comitê de Auditoria trata assuntos relacionados ao Sistema de Controle Interno, à Governança Corporativa, Gestão de Riscos e às Informações Econômico-Financeiras do Grupo, cumprindo a função que lhe foi atribuída pelo Conselho de Administração da Neoenergia. Em 2025 foram realizadas 11 reuniões, para tratar dos assuntos a seguir relacionados:

DATA	ASSUNTOS TRATADOS
14/02/25	(1) Demonstrações Financeiras e Resultados 2024; (2) Relatório da Auditoria Externa sobre os Resultados 2024; (3) Avaliação Sistema de Governança e Sustentabilidade 2º semestre 2024; (4) Análise e Relatório sobre a informação econômico-financeira – exercício 2024; (5) Relatório e Informe sobre a independência do auditor independente; (6) Relatório sobre a informação não financeira – exercício 2024; (7) Memória anual das atividades do Comitê de Auditoria – exercício 2024; (8) Memória das Atividades da Auditoria 2024; (9) Acompanhamento das atividades 2024 da Auditoria Interna; (10) Aferição dos Objetivos 2024 – Auditoria Interna e Riscos; (11) Informação Não Financeira e Relatório Anual de Sustentabilidade 2024; (12) Relatório sobre o sistema de controle e gestão de riscos da companhia – exercício 2024; (13) Relatório sobre o grau de cumprimento da Política Fiscal Corporativa e os critérios fiscais aplicados – exercício 2024.
07/03/25	(1) Aferição dos Objetivos 2024 – Diretoria Executiva; (2) Canal de denúncias Neoenergia.
16/04/25	(1) Resultado do 1º trimestre de 2025; (2) Análise das Informações Financeiras 11TR/2025; (3) Acompanhamento dos trabalhos da Auditoria Interna; (4) Mapa de Riscos 1º Trimestre; (5) Alteração Políticas de Riscos; (6) Riscos de Cibersegurança.
29/04/25	Resultado do 1º trimestre de 2025
09/06/25	Honorários Adicionais Deloitte 2024/2025
10/07/25	(1) Resultados do 2º Trimestre de 2025; (2) Follow up das políticas corporativas; (3) Informe do Comitê de Auditoria sobre as informações econômico-financeiras correspondente ao 2º trimestre de 2025; (4) Riscos – Relatório 2º Trimestre de 2025; (5) Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna 2º trimestre de 2025; (6) Informe do Comitê de Auditoria sobre Empresas de Propósito Específico (SPEs).
21/07/25	Resultado do 2º trimestre de 2025
11/09/25	Segurança de Barragens
15/10/25	(1) Resultados do 3º trimestre /2025; (2) Informe do Comitê de Auditoria sobre a informação econômico-financeira correspondente ao 3º trimestre de 2025; (3) Riscos – Relatório 3º trimestre de 2025; (4) Acompanhamento das Atividades de Auditoria do 3º trimestre de 2025; (5) Contratação de Serviços NAS; (6) Reforma do Sistema de Governança e Sustentabilidade.
27/10/25	Resultado do 3º trimestre de 2025
08/12/25	(1) Plano Anual 2026 – Auditoria Externa; (2) Status da Reforma Tributária (3) Prioridades Auditoria Interna e Riscos 2026; (4) Orçamento Auditoria Interna e Riscos 2026; (5) Mudança Metodologia de Riscos; (6) Plano Anual Auditoria Interna 2026.

3.2. O COMITÊ E A ÁREA DE AUDITORIA INTERNA E RISCOS DA NEOENERGIA

A área de Auditoria Interna e Riscos do Grupo está vinculada hierarquicamente ao Conselho de Administração da Companhia e funcionalmente ao Comitê de Auditoria, possibilitando adequado grau de independência, estando sua missão e objetivos plenamente alinhados com os objetivos gerais do Comitê de Auditoria.

O Comitê de Auditoria é responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas pela área de Auditoria Interna e Riscos, procurando determinar sua efetividade em relação aos critérios de desempenho, o que inclui:

- A abrangência do Plano Anual de Auditoria Interna e seu relacionamento com os objetivos estratégicos do Grupo;
- A entrega dos trabalhos de Auditoria Interna de acordo com o Plano;
- O cumprimento, pelas áreas auditadas, das ações acordadas nos relatórios da Auditoria Interna;
- A manutenção do fluxo necessário das informações juntamente com o Diretor da área de Auditoria Interna e Riscos, sempre no melhor interesse da Companhia.

- Avaliação do sistema de controle e gestão de riscos da Companhia.
- Em 2025, a área de Auditoria Interna e Riscos da Neoenergia desempenhou diferentes funções relacionadas às atividades do Comitê:
- Supervisão da eficácia do Sistema de Controle Interno na Neoenergia, mediante a execução do Plano Anual de Trabalhos.
- O Diretor da área de Auditoria Interna e Riscos prestou contas ao Comitê de Auditoria da realização do Plano Anual de Trabalhos 2025, apresentando resumos das conclusões dos trabalhos desenvolvidos.
- Apresentação dos relatórios trimestrais sobre o sistema de controle e gestão de riscos da Companhia.
- Fornecimento de opinião independente em todas as análises realizadas a pedido do Comitê de Auditoria para o andamento de suas atividades e informes.
- Suporte permanente ao Comitê, servindo como interlocutor entre este e toda a Companhia.

3.3. O COMITÊ E A AUDITORIA INDEPENDENTE

- O Comitê tem as seguintes funções relacionadas à Auditoria Independente:
- Propor ao Conselho de Administração as condições para contratação do Auditor Independente.
 - Assegurar a independência do Auditor, recebendo deste informações periódicas sobre qualquer atividade que possa colocar tal independência em risco.
 - Receber relatórios regulares sobre assuntos e atualizações na legislação contábil e de auditoria.
 - Receber anualmente do Auditor Independente a confirmação escrita de sua independência frente à Companhia, bem como informações sobre os serviços adicionais de qualquer classe prestados pelo Auditor Independente ou pelas pessoas ou entidades vinculadas a este, conforme regulamentação aplicável.
 - Emitir anualmente, antes da emissão dos Relatórios de Auditoria, um relatório sobre a independência do Auditor Independente. Este relatório deverá tratar, em todos os casos, da prestação de serviços adicionais citada no parágrafo anterior.
 - Analisar, em conjunto com o Auditor Independente, as deficiências significativas do sistema de controle interno que possam ser detectadas e revisar o teor dos Relatórios de Auditoria antes de serem emitidos, evitando-se ressalvas depois de prontos e avaliar os resultados de cada auditoria, verificando a resposta da Diretoria Executiva da Companhia às suas recomendações.
 - Servir de canal de comunicação entre o Conselho de Administração e o Auditor Independente, de quem o Comitê irá receber informações regulares sobre o plano de auditoria e os resultados de sua execução.

Para cumprimento dessa função, o Comitê interage regularmente com o Auditor Externo, avaliando o cumprimento das recomendações constantes das Cartas de Controles Internos, assim como avalia o posicionamento deste ante aos aspectos identificados nas análises trimestrais.

4. PERSPECTIVAS PARA 2026

No modelo de Governança Corporativa, o Comitê de Auditoria é um elemento chave na função de controle e supervisão desempenhada pelo Conselho de Administração da Neoenergia. Para desempenhar a sua função o Comitê de Auditoria tem previsto o desenvolvimento das seguintes atividades para o ano de 2026:

- Acompanhar as atividades desenvolvidas pelo Auditor Externo, mantendo um canal independente de comunicação com o Conselho de Administração; e
 - Acompanhar a solução das não conformidades apresentadas nas Cartas de Controles Internos emitidas pelo Auditor Externo.
- Informação Econômico-financeira
- Acompanhar os atos relevantes que se produzam no exercício de 2026 e das recomendações formuladas pelo Comitê de Auditoria em relação à elaboração da informação econômico-financeira.
 - Revisar outros aspectos relacionados com a informação econômico-financeira.
- Governança Corporativa
- Analisar as reclamações contra a Sociedade;
 - Revisar outras áreas de interesse para o Comitê de Auditoria em matéria de Governança Corporativa, Marco Regulatório, Código Ético, Normas Internas, entre outros.
- As atividades para o exercício de 2026 se ajustarão ao calendário de sessões aprovado pelo Comitê de Auditoria, o qual visa atender às atividades previstas e a qualquer outra iniciativa do Comitê cuja necessidade possa vir a se manifestar durante o exercício.
- Rio de Janeiro, 09 de fevereiro de 2026

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Neoenergia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Neoenergia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Neoenergia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica

Conforme mencionado na nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita da Companhia é oriunda, principalmente, do fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica, reconhecidos quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensurados de forma confiável, o que geralmente ocorre no ato da entrega da energia e/ou quando o serviço é prestado. As receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica são mensuradas de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e as tarifas vigentes. O processo ainda inclui a mensuração da receita não faturada ao consumidor, relacionada ao fornecimento de energia elétrica e à disponibilidade da rede elétrica, calculada em base estimada, até a data do balanço, utilizando determinadas premissas definidas pela Companhia.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido à relevância dos valores, bem como pelo uso intensivo de sistemas automatizados para processar e registrar a receita de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica.

Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento das receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica incluíram, entre outros: (a) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento das receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica; (b) avaliação do desenho e implementação e teste de efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados ao reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica;

(c) envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados para o reconhecimento das receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica; (d) procedimentos analíticos que compreendem análises da correlação de variáveis sobre a ocorrência, a integridade e a exatidão das receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica reconhecidas pela Companhia, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (e) teste de transações sobre população com características de interesse relevante para fins de auditoria na receita, em base amostral, comparando os valores reconhecidos com os documentos suporte; (f) avaliação se as premissas utilizadas no cálculo da receita não faturada de fornecimento de energia e de disponibilidade da rede elétrica foram aplicadas de forma apropriada e estão consistentes, especificamente em relação ao volume de energia não faturado, incluindo uma análise independente; e (g) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente.

Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências de controles internos relacionadas a determinados controles de tecnologia da informação da controlada Neoenergia Distribuição Brasília S.A. Em razão disso, planejamos nossos procedimentos substantivos da controlada Neoenergia Distribuição Brasília S.A. alterando a natureza, a época e a extensão, para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto ao saldo de receita de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica.

Como base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Infraestrutura de distribuição de energia elétrica

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 5, nº 14 e nº 17 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os investimentos na infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica são registrados com ativo contratual durante a fase de construção, seguindo o pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e, quando da entrada em operação, os valores são bifurcados, conforme interpretação técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, entre ativo financeiro, relativo à parcela da infraestrutura que não será amortizada até o final da concessão e para a qual há um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, e ativo intangível, correspondente à parcela da infraestrutura que será recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão.

Em virtude da complexidade dos conceitos envolvidos na aplicação dessas normas, do julgamento

inerente ao processo de mensuração e dos montantes envolvidos, os quais fazem parte do critério utilizado pelo poder concedente para a determinação das tarifas de energia elétrica, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes relacionados à mensuração e registro dos ativos de infraestrutura da distribuição; (b) exame, em base amostral, dos documentos comprobatórios das adições ocorridas no exercício; (c) exame, em base amostral, do status das obras em andamento e avaliação dos prazos para utilização, bem como a sua recuperabilidade; (d) desenvolvimento de expectativa independente utilizando índices obtidos de forma independente para a mensuração do valor justo do ativo financeiro da concessão, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (e) desenvolvimento de expectativa independente sobre o saldo de amortização dos ativos intangíveis da concessão considerando as taxas de amortização aplicáveis; (f) exame, em base amostral, da bifurcação do ativo contratual entre intangível e ativo financeiro da concessão; e (g) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente.

Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificados ajustes imateriais não corrigidos pela Administração da Companhia, que resultaram em deficiências nos controles internos relacionadas ao processo de acompanhamento e monitoramento das obras em andamento e da bifurcação do ativo contratual entre intangível e ativo financeiro da concessão relacionado à prorrogação da concessão ocorrida no ano corrente. Em razão disso, planejamos nossos procedimentos substantivos alterando sua natureza e sua extensão para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto ao saldo do ativo contratual das distribuidoras.

Como base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o julgamento inerente ao processo de mensuração e os saldos relacionados à infraestrutura de distribuição de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Concessão do serviço público - ativo contratual das transmissoras de energia elétrica

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 5 e nº 14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia atua como prestadora de serviços, conforme contrato de concessão, sendo remunerada pela construção e implementação da infraestrutura de transmissão de energia elétrica, bem como pela manutenção e operação de referida estrutura. O reconhecimento do ativo contratual de acordo com o pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido na mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfetida ao longo do tempo, nas margens de lucros e nas projeções das receitas esperadas, consideramos a mensuração do ativo contratual e da receita de contrato como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas, por natureza; (ii) avaliação do desenho e da implementação e teste de efetividade operacional dos controles internos relevantes sobre o reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas; (iii) entendimento dos critérios e premissas utilizados na determinação das margens de construção e operação e manutenção e das taxas implícitas aplicadas aos fluxos de recebimento futuro; (iv) testes substantivos relacionados aos documentos comprobatórios das adições ao ativo de contrato, recálculo dos fluxos de recebimento futuro dos projetos de infraestrutura, recálculo das atualizações monetárias e da remuneração financeira dos ativos contratuais, em base amostral, a partir das condições contratuais estabelecidas e demais premissas utilizadas pela Companhia; e (v) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. Como resultado da execução desses procedimentos, foi identificada deficiências nos controles internos relacionada a certos componentes do cálculo do "Ganho (perda) na RAP". Avaliamos a natureza, a época e a extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados, e concluímos que eles permanecem adequados.

Como base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as políticas de reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas são aceitáveis para suportar os julgamentos, as estimativas e as informações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido

na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2026

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Jônatas José Medeiros de Barcelos Contador CRC nº 1 RJ 093376/O-3

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 12/02/2026 A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicadalegal.valor.com.br/valor/2026/02/12/NEOENERGIA1587619412022026.pdf Hash: 177085404121ec37b889a24da6b579b36eb715dc3c